



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

IRISMAR SEVERINO DA SILVA FERNANDES

**INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E
VIVÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO**

Rio Branco, Acre
2021



IRISMAR SEVERINO DA SILVA FERNANDES

**INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E
VIVÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (a) em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Orientadora: Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas

Coorientador: Dr. Mario Sérgio Predroza Lobão

Rio Branco, Acre

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F363 Fernandes, Irismar Severino da Silva
Integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos: desafios, possibilidades e vivências no Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco. / Irismar Severino da Silva Fernandes. – Rio Branco, 2021.
125 f.: il. algumas color.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC. *Campus* Rio Branco, 2021.
Orientadora: Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Coorientador: Dr. Mario Sérgio Pedroza Lobão
ISBN: 978-65-00-38816-9

1. Políticas públicas. 2. Educação profissional. 3. Proeja. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. II. Título.

CDD 374



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, a partir da quatorze horas, realizou-se, por Web Conferência via Google Meet, link: meet.google.com/oja-hkqg-awx, a Banca de Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). A realização da banca por web conferência justificou-se pelo período de pandemia da Covid-19 e está devidamente amparada na Instrução Normativa Ifac/Proinp n.º 02/2020, de 01 de abril de 2020. A dissertação submetida para banca de defesa, teve por título “**INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E VIVÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO**”, sendo registrado na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de responsabilidade da mestranda Irismar Severino da Silva Fernandes, orientada pela Profª. Drª. Renata Gomes de Abreu Freitas (ProfEPT IFAC/Campus Rio Branco). Destaca-se que esse foi também o momento para validação final do produto educacional: Documentário “As vozes do Proeja”. A presidente da Banca Examinadora apresentou os membros da banca Prof. Dr. Pierre André Garcia Pires (UFAC) como avaliador/membro externo ao programa e a Profa. Dra. Josina Maria Pontes Ribeiro (ProfEPT IFAC/Campus Rio Branco) como avaliador/membro interno ao programa ProfEPT. Relatou aos participantes as regras para esse tipo de atividade acadêmica, destacando que a mestranda teria entre trinta e quarenta minutos para apresentação e, em seguida, a Banca Examinadora poderia realizar sua arguição, sendo a ordem de praxe o membro externo, membro interno e orientador. Orientou, ainda, que não se fizessem comentários pelo chat e que todos os microfones e vídeos fossem desabilitados durante a banca, a fim de não retirar a atenção ou intervir no processo avaliativo. Assim, a discente Irismar Severino da Silva Fernandes apresentou seu trabalho de dissertação e o produto educacional, no tempo de trinta e um minutos, e, em seguida, a banca iniciou a apreciação crítica deles. Após, a mestranda respondeu os comentários solicitados pela Banca e questões em arguição, logo em seguida, a banca reuniu-se para deliberação em sala reservada da web conferência, pelo período de doze minutos retornando para leitura da ata e encerramento pela presidente. No momento do retorno, o parecer foi divulgado, sendo a discente **APROVADA** em sua defesa de dissertação e validação final do produto educacional, cuja banca considerou um material riquíssimo e de grande relevância para a memória da instituição, devendo a orientanda ainda considerar as recomendações da banca antes da entrega final ao ProfEPT. As observações e sugestões realizadas pela banca foram gravadas e serão discutidas com o orientador, bem como consideradas nas versões finais dos documentos. Ao longo da Banca de Defesa de Dissertação, que se encerrou às dezesseis horas e quarenta minutos, participaram até quinze pessoas, com representação de segmentos da comunidade externa ao Ifac, discentes e docentes do ProfEPT local. Eu, Renata Gomes de Abreu Freitas, presidente da banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim e os demais membros via Sistema Eletrônico de Informação do IFAC (SEI/IFAC), após a disponibilização da mesma pela coordenação do ProfEPT.



Documento assinado eletronicamente por **Josina Maria Pontes Ribeiro, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 21/12/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pierre André Garcia Pires, Usuário Externo**, em 21/12/2021, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **RENATA GOMES DE ABREU FREITAS, DOCENTE EBTT**, em 22/12/2021, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifac.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0459397** e o código CRC **918D60FC**.

Referência: Processo nº 23841.007502/2021-06

SEI nº 0459397

Dedico esta dissertação, primeiramente, à minha família, a quem declaro meu amor incondicional. Em especial, a minha filha, Ellen Camila, que tanto me apoiou e me ajudou nesta trajetória. Em seguida, dedico aos ex-alunos e aos ex-professores do Proeja/lfac, em homenagem às suas vivências que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos idealizadores do programa de mestrado ProfEPT, por seu diferencial, que possibilita a inclusão de mais profissionais na pesquisa.

Ao Instituto Federal do Acre, por ofertar o ProfEPT do qual faço parte.

Ao coordenador local do curso de pós-graduação ProfEPT, pelo empenho e pela dedicação.

Aos professores do ProfEPT/IFAC, que foram fundamentais para meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

À professora Renata Gomes de Abreu Freitas e ao Professor Mario Sérgio Pedroza Lobão, pela orientação que recebi durante todo o processo de construção da minha pesquisa.

À minha família, pelo apoio em todos os momentos durante os dois anos de pesquisa.

À minha amiga Luciane Neves, por me substituir no trabalho nos dias de aula do mestrado.

Fernandes, Irismar. **Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos: desafios, possibilidades e vivências no instituto federal do Acre, campus Rio Branco.** 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Científica e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica, Rio Branco, AC, 2021.

RESUMO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) é uma política governamental surgida com a intencionalidade de proporcionar a conclusão da educação básica em concomitância com a aquisição de conhecimento profissional àqueles que não concluíram os estudos na idade entendida como regular. Assim sendo, o Proeja se mostra como uma união da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desse modo, esta dissertação se debruça sobre a seguinte problemática: “Como se deu o processo de implantação do programa Proeja no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco?”. Essa, ademais, implica no seguinte objetivo geral: “Analisar o processo de implantação do Proeja no Ifac campus Rio Branco, identificando possíveis entraves para a consolidação do programa na Rede Federal”. Para o alcance do objetivo proposto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, sob o crivo do método materialismo histórico e dialético, valendo-se dos instrumentos questionário, entrevistas narrativas, pesquisa bibliográfica e análise documental. Verificou-se que o Proeja, ainda que detenha uma proposta pedagógica transformadora, no contexto fático defrontou-se com diversos obstáculos. O primeiro deles diz respeito à sua própria origem, visto que herdou a bagagem histórica das modalidades que lhe deram origem. O segundo é referente à sua implementação, que foi realizada de maneira aligeirada e sem o devido planejamento. O terceiro, por fim, é tocante às especificidades do seu público alvo e da própria realidade institucional, que foram desconsideradas ao ser pensada a forma de execução. Frente aos resultados obtidos ao longo da pesquisa, principalmente nas entrevistas narrativas, decidiu-se pela produção de um documentário como produto educacional em razão desse possibilitar o reavivamento das memórias dos atores e melhor compreensão da realidade percebida à época da implementação do Programa.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação Profissional. EJA. Proeja. Narrativas.

Fernandes, Irismar. **Integration of Professional and Technological Education with Youth and Adult Education**: challenges, possibilities and experiences at the federal institute of Acre, Rio Branco campus. 2021. Amount of 122 f. Dissertation (Professional Master in Science and Technology Education – ProfEPT) – Federal Institute of Education, Science and Technology, Rio Branco, AC, Year, Rio Branco, AC, 2021.

ABSTRACT

The National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education, in the Youth and Adult Modality (Proeja) is a government policy that emerged with the intention of providing the completion of basic education together with the acquisition of professional knowledge to those who did not complete the studies in the entity age as regular. Therefore, Proeja is seen as a union of Professional and Technological Education (EPT) with Youth and Adult Education (EJA). Thus, this dissertation focuses on the following issue: “How was the process of implementing the Proeja program at the Federal Institute of Acre, Rio Branco campus?”. This, furthermore, implies the following general objective: “To analyze the process of implantation of Proeja at Ifac campus Rio Branco, identifying possible obstacles to the consolidation of the program in the Federal Network”. To reach the proposed objective, a qualitative research was developed, under the scrutiny of the historical and dialectical materialism method, using questionnaire instruments, narrative interviews, bibliographical research and documental analysis. It was found that Proeja, despite having a transformative pedagogical proposal, in the factual context faced several obstacles. The first one concerns its own origin, as it inherited the historical baggage of the modalities that gave rise to it. The second refers to its implementation, which was carried out lightly and without proper planning. The third, finally, concerns the specificities of its target audience and the institutional reality itself, which were disregarded when the form of execution was thought of. In view of the results obtained throughout the research, especially in the narrative interviews, it was decided to produce a documentary as an educational product because it allows for the revival of the actors' memories and a better understanding of the reality perceived at the time of the Program's implementation.

Keywords: Public policy. Professional education. EJA. Proeja. Narratives

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO II

Figura 1 – Etapas da pesquisa.....	43
---	----

ARTIGO III

Figura 1 – Vista da entrada do prédio provisório do campus Rio Branco.....	69
---	----

Figura 2 – Distribuição dos alunos por gênero entre os cursos ofertados no Proeja.....	72
---	----

Figura 3 – Distribuição dos alunos concludentes por gênero entre os cursos ofertados no Proeja	
---	--

Figura 4 – Sentimentos envolvidos ao iniciar o curso no Proeja.....	74
--	----

Figura 5 – Meios pelos quais os alunos tomaram conhecimento do Proeja.....	76
---	----

Figuras 6 e 7 – Modalidade de graduação/nível de formação dos docentes.....	78
--	----

Figura 8 – Opinião dos docentes sobre a preparação do campus Rio Branco para ofertar o Proeja.....	80
---	----

Figuras 9 e 10 – Percentual de concludentes do curso Técnico em Administração /Percentual de concludentes do curso Técnico em Manutenção e Suporte de Informática.....	82
---	----

LISTA DE QUADROS

ARTIGO II

Quadro 1 – Modelo de ficha utilizada.....	44
--	----

ARTIGO III

Quadro 1 – Percentual de matriculados, concludentes e evadidos do Proeja/Ifac, de 2010 a 2020.....	73
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Confintea	Conferência Internacional de Educação de Adultos
EJA	Educação de jovens e adultos
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FUNDEF	Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério
FUNDEB	Fundo de desenvolvimento da educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IF	Instituto Federal
Ifac	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministerio da Educação
MOBRAL	Movimento brasileiro de alfabetização
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
Proeja	Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos.
ProfEPT	Programa de Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica.
PNE	Plano Nacional de Educação
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
REFERÊNCIAS	20
2 ARTIGO I – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL: DE UM ENTRELAÇE HISTÓRICO A UMA AÇÃO CONTEMPORÂNEA	21
RESUMO	21
ABSTRACT	21
2.1 INTRODUÇÃO	22
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
2.3.1 Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil	25
2.3.2 Antecedentes histórico-sociais da Educação Profissional no Brasil.....	29
2.3.3 A criação e a implantação do programa Proeja	31
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
3 ARTIGO II – REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL	41
RESUMO	41
ABSTRACT	41
3.1 INTRODUÇÃO	41
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
3.3 UMA ANÁLISE DOS ENTRAVES E CONTRADIÇÕES ENTRE A IDEALIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PROEJA.....	45

3.3.1 As políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na legislação vigente	46
3.3.2 Contradições e equívocos na integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional na Rede Federal	49
3.3.3 Entraves para a implantação do Proeja na Rede Federal	52
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
4 ARTIGO III – A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO IFAC/CAMPUS RIO BRANCO: UM OLHAR A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS ATORES ENVOLVIDOS	59
RESUMO	59
ABSTRACT	59
4.1 INTRODUÇÃO	60
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
4.2.1 Local de pesquisa	62
4.2.2 Técnicas de coleta de dados	62
4.2.3 Procedimento de análise de dados	65
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	66
4.3.1 A experiência do Proeja no Ifac campus Rio Branco	66
4.3.2 Perfil dos interlocutores do Proeja/Ifac campus Rio Branco	71
<i>4.3.2.1 Discentes</i>	72
<i>4.3.2.2 Docentes</i>	77
4.3.3 Condições de implantação do Proeja no Ifac, campus Rio Branco	79
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA OS QUESTIONÁRIOS	90

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA AS ENTREVISTAS	92
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS PRELIMINARES COM OS DOCENTES.....	94
APÊNDICE G – TÓPICOS INDUTORES DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS DOS ALUNOS PARA O DOCUMENTÁRIO	102
APÊNDICE H – TÓPICOS INDUTORES DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES PARA O DOCUMENTÁRIO	103
APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM EM PESQUISA CIENTÍFICA	104
APÊNDICE J – DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa tem forte relação com as vivências pessoais da mestrande, que concluiu a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, sendo egressa da modalidade e tendo enfrentado as dificuldades de um ensino precarizado, sempre buscou em sua vida profissional e acadêmica contribuir para o debate acerca das políticas públicas voltadas para o ensino dos jovens e adultos.

Profissionalmente, atuou na EJA como professora, coordenadora e assessora de professores na Secretaria de Educação do Estado do Acre, onde pôde contribuir na construção da proposta pedagógica que está vigente para o ensino da modalidade nas instituições estaduais. No campo acadêmico, ao ser aprovada no mestrado Profissional ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre (Ifac), optou por pesquisar sobre um tema que tivesse alguma relação com a EJA. Por essa razão, foi escolhido como objeto de estudo o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Para além do exposto, tem-se como elemento justificador da escolha do tema o entendimento que a sociedade brasileira nasceu entrelaçada a um contexto de desigualdade social, haja vista que foi formada a partir de uma invasão predatória, da escravização humana e da elitização do ensino. Essas marcas históricas se perpetuaram por meio de ideologias nocivas e, por sua própria natureza, precisam ser combatidas. A luta principal consiste no fortalecimento das políticas de democratização do ensino público e de qualidade, que possibilite à classe trabalhadora, independente da faixa etária, uma formação integral e a compreensão da totalidade da cadeia de produção.

De acordo com Flores (2016, p. 15), “[...] o combate às desigualdades sociais perpassa a redução da desigualdade educacional [...]” e a redução das desigualdades sociais podem ser potencializadas com a inclusão educacional dos jovens e adultos. Todavia, essa inclusão só é possível mediante a criação de políticas públicas que deem subsídio financeiro, pedagógico e social para os jovens e adultos prosseguirem seus estudos, preferencialmente integrado à educação profissional.

Para compreensão da temática, promoveu-se uma contextualização entre a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a da Educação Profissional (EP). Demonstrando que ambas surgiram, no Brasil, num mesmo período histórico – Brasil Colônia – e, desde então, estiveram sempre presentes no cenário educacional pátrio, bem como direcionadas a um público pertencente a mesma esfera social – a classe trabalhadora. Nesse contexto, desenvolveram-se durante o século XX diversas formatações de programas focados, via de regra, no fortalecimento das relações mercadológicas.

Contudo, na primeira década do século XXI, quando chega a presidência da república o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, o país vivenciou uma série de mudanças no cenário político, econômico e social, o que impulsionou diversas políticas públicas voltadas para a Educação Profissional e também para a EJA, dentre as quais destaca-se a política de expansão da Rede Federal e a nova institucionalização da EPT.

Frente ao novo cenário político do país, fortaleceu-se a proposta de integração da Educação Profissional com todos os níveis e modalidades de ensino, fato que tornou possível sua integração com a Educação de Jovens e Adultos, mediante a criação do programa Proeja. O referido programa, foi criado pelo Decreto n.º 5.478, de 24 de junho de 2005, para ser ofertado exclusivamente na Rede Federal, com a finalidade de promover inclusão educacional, mediante uma formação integral, balizada no trabalho como princípio educativo e na politecnia.

Todavia, diversos debates acerca do programa foram levantados após sua criação, visto que alguns pesquisadores e representantes da sociedade civil reivindicavam maior abrangência do programa, bem como a elaboração de documentos norteadores para subsidiar as instituições ofertantes. Diante da conjuntura, o decreto de criação do Proeja foi revogado, sendo substituído pelo Decreto de n.º 5.840, de junho de 2006, através do qual foi determinado, além do deslocamento de 10% (dez por cento) das matrículas dos Institutos Federais para o Proeja, a oferta do ensino fundamental e a possibilidade de oferecimento do programa por instituições externas à Rede Federal.

As mudanças oriundas do segundo Decreto objetivavam o fortalecimento do Proeja em todo território nacional. No entanto, o que se percebeu foi o movimento contrário, um processo de descontinuidade do programa nos Institutos Federais,

incluindo o Instituto Federal do Acre (Ifac). Fenômeno que precisa ser estudado numa perspectiva crítica e reflexiva da realidade dos fatos históricos, a partir de uma análise das nuances do processo de implantação do programa, bem como do contexto histórico das duas modalidades que aglutinadas deram vida ao Proeja.

É nesse contexto que o processo de implantação do Proeja no Ifac, campus Rio Branco se justifica como objeto de estudo deste trabalho, sobretudo porque o programa, ainda que tenha sua história entrelaçada à da fundação da instituição, nos últimos anos, perdeu espaço, deixando, inclusive, de ser ofertado no campus Rio Branco, sem perspectiva de retorno.

Frente ao cenário, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como se deu o processo de implantação do programa Proeja no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco? Para tanto, foi necessário compreender, a partir da visão dos ex-alunos e do corpo docente do programa, o contexto que o Proeja foi implantado no campus Rio Branco; como o campus se preparou para atender as especificidades do público de jovem e adulto; quais foram as dificuldades enfrentadas por alunos e professores; quais os principais entraves para a consolidação do programa.

A partir da formulação do problema, o objetivo geral consiste em analisar o processo de implantação do Proeja no Ifac campus Rio Branco, identificando possíveis entraves para a consolidação do programa na Rede Federal. Ademais, para o alcance desse, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Explorar os aspectos históricos que nortearam a proposta de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA, na Rede Federal, bem como compreender as nuances do Proeja;
- Identificar possíveis contradições e entraves no processo de implantação do programa Proeja na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Verificar o perfil do corpo docente e discente do Proeja, bem como as condições de implantação do programa no Instituto Federal do Acre (Ifac), campus Rio Branco;
- Dar voz aos participantes do Proeja (alunos e professores), por meio da produção de um documentário, cuja base do enredo é as narrativas desses sujeitos.

Quanto à estrutura da dissertação, compete esclarecer que foi desenvolvida a partir da reunião de três artigos, sendo cada um desses um capítulo desta dissertação. O primeiro artigo apresenta a similitude entre as origens da Educação Profissional e da educação de jovens e adultos. Salienta-se, entretanto, que a EP passou por um processo de reinstitucionalização, com o advento da reestruturação da Rede Federal, vindo a ser percebida como Educação Profissional e Tecnológica (EPT), concebida, inclusive, enquanto ensino elitizado por alguns (FLORES, 2016), enquanto que a EJA continuou às margens das políticas públicas educacionais, sendo materializada em programas focais.

No segundo artigo identificou-se que o Proeja trouxe consigo marcas históricas da educação de jovens e adultos, que sempre esteve às margens das políticas públicas educacionais, sendo palco de inúmeras supressões nos planos e metas dos governos. Elucida também que as contradições presentes nos discursos contidos nos documentos oficiais corroboraram para um deslocamento das ações do Proeja, ou seja, para a focalização no atendimento das necessidades de mercado em detrimento das necessidades educacionais dos trabalhadores.

No terceiro e último artigo apresenta-se o perfil dos alunos e do corpo docente do Proeja, bem como as condições de implantação do Programa do Ifac, campus Rio Branco. No que se refere aos estudantes, a partir dos dados coletados, pode-se afirmar que tinham entre 23 e 55 anos na época que cursavam o Proeja; que a predominância de concludentes é do público feminino; que 60% (sessenta por cento) dos participantes concludentes do Programa continuaram os estudos e atualmente possuem nível superior completo ou concluindo; e que os egressos dos cursos não seguiram carreira na área que obtiveram a certificação.

Quanto ao corpo docente, os dados apontam que no que se refere ao nível de formação a predominância era de especialistas; quanto à experiência com EJA, 55% (cinquenta e cinco por cento) afirmaram que já haviam trabalhado com a modalidade em outras instituições. No entanto, 80% (oitenta por cento) não participou da construção dos PPCs dos cursos; identificou-se também que havia muita rotatividade entre os docentes do Programa.

Ante o exposto, esta pesquisa se justifica à medida que deu voz aos sujeitos envolvidos na implantação e execução do Proeja. O processo garantiu que aqueles que foram mantidos silenciados pudessem expressar as vivências e as colaborações

do Proeja para o seu crescimento acadêmico e profissional. Além disso, foram colocadas em evidência, também sob análise dialética, as políticas e as Leis envolvidas no processo.

Academicamente, a pesquisa é oportuna em razão de seu ineditismo, visto que nunca antes havia sido realiza um estudo que buscasse entender as causas envoltas à descontinuidade da oferta de cursos do Proeja no Ifac, no Campus Rio Branco. Complementarmente, a pesquisa é pertinente também socialmente visto que o Proeja detém, em solo acreano, público potencial numeroso, haja vista que dados do Censo Escolar de 2019 demonstram o quantitativo de 8.733 (oito mil setecentos e trinta e três) matriculados em turmas da EJA ensino médio (INEP, 2019).

Para realização da análise desta conjuntura, em linhas gerais, foi escolhido o materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa do fenômeno investigado. Justificando-se a opção metodológica no entendimento de que essa vertente possibilita melhor compreensão sobre as contradições presentes nas relações sociais, no modo de produção da existência humana e, por conseguinte, nas políticas públicas educacionais. Categorias que corroboram para a reflexão das políticas educacionais numa perspectiva de totalidade (FLORES, 2016).

Quanto à abordagem, adotou-se a qualitativa, por considerar que esse tipo de pesquisa corrobora para a descrição, a compreensão e a explicação da realidade estudada (MINAYO; SACHES, 1993). Destaca-se que nessa abordagem o pesquisador é o principal instrumento da investigação, devendo, pois, adentrar na situação investigada considerando o ambiente natural como fonte de dados, uma vez que os fenômenos são influenciados pelos seus contextos, sendo as circunstâncias que um objeto se insere essenciais para sua compreensão (LUDKE; ANDRÉ, 2012).

Para a coleta de dados, foram adotadas quatro técnicas, quais sejam: a revisão bibliográfica, a análise documental, aplicação de questionários e as entrevistas narrativas. As especificidades metodológicas de cada artigo são apresentadas ao longo de sua redação. Mas é possível traçar, neste momento, uma síntese direcionada das técnicas empenhadas.

As duas primeiras – a revisão bibliográfica e análise documental – foram apoiadas em Sousa, Oliveira e Alves (2021, p.66). Na visão dos autores, a utilização dessas técnicas consiste na realização de um “[...] levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico [...]”, e, assim sendo,

tem como objetivo “[...] reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico [...]”. As técnicas acima discutidas foram a base de coleta dos artigos I e II, haja vista o caráter exploratório do estudo que gerou esses dois manuscritos.

Quanto ao uso de questionários, buscou-se aporte em Gil (2008). Por esse referencial a maior contribuição da técnica consiste na abrangência, pois facilita o contato com vários informantes de modo simultâneo.

No que tange às entrevistas narrativas, o estudo se deu mediante as concepções de Flick (2009) e Jovchelovitch e Bauer (2015). Por esses referenciais, as entrevistas narrativas baseiam-se na necessidade de diversificação e inovação da abordagem qualitativa, bem como na busca por um processo de investigação que permita adentrar no pensamento experiencial dos sujeitos investigados.

Além disso, as narrativas são consideradas um procedimento facilitador da reflexão do informante sobre as consequências da sua atuação na sociedade, posto que apresentam as inúmeras formas dos sujeitos interagirem com o meio, estabelecendo um hibridismo entre a história, o discurso e a significação dos fenômenos (FLICK, 2009).

Por fim, como consolidação dos resultados desta pesquisa, foi produzido um produto educacional do tipo documentário, intitulado “As vozes do Proeja”, cuja base é as narrativas de quatro ex-alunas do Proeja/Ifac e de uma ex-professora/coordenadora. A escolha do produto se apoiou no entendimento que o audiovisual é a forma de expressão predominante na atualidade (ANTONIUTTI; FONTOURA; ALVES, 2008). Saliencia-se, ademais, que o produto desta pesquisa precisava potencializar uma nova configuração de escola na memória de cada personagem e de cada espectador, mediante a transmissão de uma mensagem que favorecesse a quebra de estereótipos acerca do público do Proeja.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. acesso em: 10 nov. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FLORES, Tânia Maria Dantas. **Política pública Proeja no IFBA Campus Santo Amaro (BA): (des)caminhos, contradições e consequências**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4849/1/TANIA_MARIA_DANTAS_FLORES.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2019**. Brasília, DF: Inep/MEC, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6798882. Acesso em: 18 nov. 2021.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin; Gaskell, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: E.P.U, 2012.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou Complementaridade. **Cad. Saúde Pública**, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro, 1993, pp. 239-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 nov. 2021.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/233> Acesso em: 13 set. 2021.

2 ARTIGO I – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL: DE UM ENTRELACE HISTÓRICO A UMA AÇÃO CONTEMPORÂNEA

RESUMO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), acabou sendo uma junção da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por isso, para entender o Proeja é imprescindível conhecermos anteriormente a EJA e a EPT. Esta pesquisa objetiva entender os itinerários das três modalidades de ensino na Rede Federal, tornando possível visualizar os pontos de convergência e divergência, bem como compreender as nuances do Proeja. Para tanto, elegeu-se o método dialético, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório do fenômeno investigado. A coleta de dados deu-se através de uma revisão bibliográfica e de uma análise documental. No ensejo, constatou-se que tanto a EJA quanto a EPT possuem históricos de marginalização, porém a segunda, ao adentrar em uma nova institucionalidade, teve as consequências do processo atenuadas, ao passo que a primeira permaneceu às margens das políticas educacionais. Por fim, verificou-se que o Proeja é um reflexo dessas duas realidades e, por isso, traz consigo a carga histórica desta e daquela, além disso foi implementado sem o planejamento necessário, o que sugerimos que corroborou para o processo de descontinuidade do programa na Rede Federal.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Educação de Jovens e Adultos; Proeja.

ABSTRACT

The National Program for Integration of Professional Education with Basic Education, in the Youth and Adult Education Modality (Proeja), ended up being a junction of Professional and Technological Education (EPT) with Youth and Adult Education (EJA). Therefore, in order to understand Proeja, it is essential that we know EJA and EPT beforehand. This research aims to understand the itineraries of the three teaching modalities in the Federal Network, making it possible to visualize the points of convergence and divergence, as well as understand the nuances of Proeja. For that, we chose the dialectical method, with a qualitative approach, of exploratory character of the investigated phenomenon. Data collection took place through a literature review and document analysis. At the time, we found that both EJA and EPT have histories of marginalization, but the second, when entering a new institutionality, had the consequences of the process mitigated, while the first remained on the margins of educational policies. Finally, it was found that Proeja is a reflection of these two realities and, therefore, brings with it the historical burden of this and that, and it was also implemented without the necessary planning, which we suggest that it corroborated the program's discontinuity process in the Federal Network.

Keywords: Professional education; Youth and Adult Education; Proeja.

2.1 INTRODUÇÃO

Para produção deste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica-documental, com fito a explorar os aspectos históricos que nortearam a proposta de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA, na Rede Federal de Educação Profissional. Abordaremos, ademais, tanto a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quanto a da Educação Profissional (EP), de maneira a viabilizar, ao final, a compreensão da união delas – o Proeja.

Buscou-se mostrar que a EJA e a EP têm origens similares, bem como trajetórias marcadas pela ânsia governamental de atender as necessidades do capital, deixando em segundo plano as do povo. A EP, entretanto, passou por uma reinstitucionalização, passando a ser percebida como Educação Profissional e Tecnológica (EPT), concebida, inclusive, enquanto ensino elitizado por alguns (FLORES, 2016). O mesmo, contudo, não ocorre com a EJA.

A EJA, mesmo tendo passado por reformas e por reestruturações, permaneceu sob a mesma institucionalização, ficando, por isso, ainda marginalizada quando comparada às outras modalidades de ensino. Portanto, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja), enquanto uma união entre a EJA e a EPT, carrega consigo o peso histórico da primeira e, para além da marginalização entranhada e inerente ao ensino de jovens e adultos, foi implementado com escasso planejamento (FRIGOTTO, 2016).

No ensejo, os resultados do estudo feito serão dispostos neste artigo em três subseções, dedicadas a estudar, na seguinte sequência: a EJA; a EP e, por conseguinte, a EPT; e o Proeja. Outrossim, metodologicamente, desenvolveu-se, em resumo, uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório do fenômeno investigado, na qual os dados foram coletados por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise de documentos, bem como serão analisados sob o crivo da hermenêutica-dialética.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa elegeu-se o método dialético a partir de Minayo (2014), que o caracteriza como a arte do estranhamento e da crítica, bem como com abordagem qualitativa do fenômeno investigado. Justificando-se a opção

metodológica no entendimento de que essa vertente possibilita a melhor compreensão sobre as contradições presentes nas relações sociais, no modo de produção da existência humana e, por conseguinte, nas políticas públicas educacionais.

Para coletar os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica e uma análise documental, ambas apoiadas em Gil (2008). Por esse referencial, a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50) enquanto a documental é composta por dados que ainda não receberam tratamento analítico e, por isso, podem ser reelaborados, a depender dos objetivos da proposta de investigação.

Em virtude da semelhança metodológica, a junção entre as duas tipologias de pesquisa trouxe grandes contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. Pelo arcabouço da pesquisa bibliográfica foi possível uma imersão nos estudos históricos, haja vista que não havia outra maneira de conhecer as nuances da Educação Profissional e nem da Educação de Jovens e Adultos no Brasil senão com base em dados secundário. Por outro lado, pela pesquisa documental foi possível analisar diversas fontes de dados, tais como: leis, decretos, planilhas, fotos e reportagens.

Com relação à análise dos dados, apoiar-nos-emos na hermenêutica dialética segundo a concepção de Minayo (2014), pela qual vislumbramos a realidade como contraditória e mutável. Por essa abordagem, é possível compreender a ciência como produto da história da ação do homem nos movimentos sociais, sendo a construção do conhecimento científico uma relação dialética entre o pesquisador e o objeto, em uma determinada realidade histórica. Nessa concepção, o conhecimento circula do todo para as partes e das partes para o todo, necessitando que o pesquisador, em certo momento, aproxime-se e, em outro, afaste-se do objeto investigado (SOUZA, 2014).

O método supracitado possibilita a exploração das contradições presentes nas relações sociais e no modo de produção da existência humana nas sociedades capitalistas. Por conseguinte, torna-se relevante seu uso nas pesquisas em educação porque, além de não poder haver neutralidade nos processos investigatórios envolvendo as ciências humanas, é necessário que essas se desenvolvam mediante um processo capaz de estabelecer uma articulação entre os elementos da realidade e os meios de produção do conhecimento, para que seja possível compreender como

a sociedade se organiza, bem como os desdobramentos dessa organização (FLORES, 2016).

Entendida a conceituação das técnicas adotadas, passar-se-á a estruturação do processo de análise. Ressalta-se que o mesmo fora esquematizado em três etapas, quais sejam: I etapa – repertorização dos pesquisadores; II etapa – busca e seleção de material; III etapa – categorização dos dados.

O desenvolvimento da primeira etapa consistiu na exploração do objeto investigado, mediante leituras flutuantes de diversos temas relacionados à Educação Profissional, à Educação de Jovens e Adultos e ao Proeja. Aqui não se considerou ano de publicação ou relevância do assunto, posto que o objetivo era explorar ao máximo o tema.

Na segunda etapa, já se tinha o conhecimento prévio dos temas que seriam abordados no manuscrito, então o objetivo era buscar e selecionar material. Para tanto, foram realizadas pesquisas nas plataformas *Google Acadêmico*, *SciELO* e *Capes*, sendo selecionados artigos, dissertações e livros para compor o referencial teórico e metodológico do trabalho.

A terceira etapa se subdividiu. Primeiramente foi realizado um fichamento das obras selecionadas na etapa anterior e depois foi feito um levantamento de documentos, dentre os quais se destacam o Documento Base do Proeja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e alguns Decretos.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos através do referido estudo sugerem uma grande complexidade na discussão envolvendo a proposta de integração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Profissional (EP) no âmbito da Rede Federal de ensino. Isso porque a primeira se mostra como uma área ainda em construção e em constante interrogação, bem como marcada por inúmeras experiências descontínuas materializadas em programas focais (ARROYO, 2018); ao passo que a segunda, via de regra, está estreitamente vinculada às relações mercadológicas (MANFREDI, 2002).

Nessa medida, as trajetórias de ambas as modalidades de ensino se mostram historicamente desassociadas dos propósitos de formação integral dos sujeitos, com

vistas a uma transformação social, idealizados por Freire, entre as décadas 50 e 60, institucionalizados pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Por conseguinte, anterior à reforma educacional, visualizamos uma EJA executada por programas voltados, prioritariamente, à erradicação do analfabetismo – tais como as Campanha Nacional de Educação de Adolescentes Adultos (CEAA) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) – e a EP enquanto mecanismo para alcance das necessidades da classe dominante, dada a sua utilização na moldagem dos trabalhadores conforme os interesses do capital.

Ante à notada complexidade do tema, torna-se oportuna a contextualização histórica, com fito a estabelecer o cerne da problemática. Para tanto, encontramos amparo teórico em Paiva (2006), uma vez que, por tal referencial, é possível perceber que, para a análise dos problemas educacionais da contemporaneidade, antes é preciso estabelecer uma relação temporal que tenha como ponto de partida uma leitura do desenho organizacional no qual o país foi forjado.

Conscientes da referida máxima, delinearemos o itinerário de desenvolvimento da EJA e da EP no Brasil, justificando-se a discussão inicial na indispensabilidade dessa para a compreensão do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja). Isso porque o Proeja representa a proposta união de ambas as modalidades, sendo inescusável, portanto, conhecê-las.

2.3.1 Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O Brasil hodierno, embora determine, por vias legais, a democratização do acesso ao saber, a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo (BRASIL, 1988), continua lidando com índices alarmantes da problemática. Veja-se que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019 (BRASIL, 2020), realizada pelo IBGE, a taxa de analfabetismo, a partir dos 15 anos ou mais de idade, foi estimada em 6,6% (11 milhões de brasileiros), apenas 0,2 pontos percentuais a menos que o ano anterior, correspondendo a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas (IBGE, 2020).

Além do supradito problema, percebemos no contexto pátrio a mesma realidade excludente no que tange à cultura, dada a elitização das suas formas mais elaboradas. Isso em virtude da sua disponibilidade restringida a um pequeno grupo,

ainda que, de modo geral, concebamos que todos, independentemente de sua classe social ou nível de alfabetização, participam ativamente do processo de construção cultural de uma sociedade (SAVIANI, 1996).

Essa elitização está, sobretudo, vinculada à “[...] extrema tenuidade da comunicação entre os grupos marginalizados e os demais grupos que formam o contexto cultural mais amplo” (SAVIANI, 1996, p. 68). Esse distanciamento traz dois grandes prejuízos para a sociedade brasileira: por um lado marginaliza e enfraquece as classes populares, por outro corrobora para manutenção do sistema vigente, que se fortalece nas desigualdades e nas condições perversas de miséria.

Outrossim, analisar-se-á, então, a primeira proposta de educação para jovens e adultos no Brasil, a qual fora idealizada por meio de um projeto executado por padres jesuítas, através de uma ordem religiosa denominada Companhia de Jesus, pertencente à igreja católica. O projeto de ensino Jesuítico foi instaurado na colônia em 1549, pelo padre Manuel da Nóbrega, e financiado pela Coroa Portuguesa, mediante a transferência de dez por cento dos impostos arrecadados na colônia (SAVIANI, 2008).

Salienta-se que os preceitos da Companhia de Jesus deixaram marcas profundas de um processo traumático de imposição arbitrária de dogmas, bem como ofereceram subsídios para utilização do conhecimento propedêutico como mecanismo de dominação e do ensino prático para manutenção da servidão que favorecia a submissão das classes oprimidas – à época representadas na relação de opressão entre colonizador e povos nativos (SAVIANI, 2008).

Mais à frente, com a outorgamento da Constituição de 1824, as políticas educacionais para adultos iniciaram, mesmo que de maneira rasa, haja vista que o novo ordenamento legal tão somente mensurava genericamente a oferta de instrução a todos os cidadãos. Nessa linha excludente, seguiram as reformas educacionais que sucederam o texto constitucional - a exemplo, a proposta por Leôncio de Carvalho em 1879, por meio do Decreto n.º 7.247, no qual se previa cursos noturnos para os iletrados, desde que fossem do sexo masculino e livres.

Cabe destacar que as supressões dos direitos sociais da maioria da população, que, pela lógica da classe hegemônica, são denominadas de minorias, corroborou para a consolidação da educação escolar como um privilégio. Todavia, após a proclamação da República, em 1889, o analfabetismo se tornou um tema forte nos

debates políticos e educacionais, porque a falta de escolarização da população passou a ser associada à causa da pobreza e da marginalização. Os intelectuais republicanos defendiam que a única maneira de tirar os cidadãos da condição de subalternos era pela difusão do conhecimento, razão pela qual se instaurou no Brasil inúmeras vertentes de estímulo à escolarização.

Porém, ainda que esse movimento tenha provocado uma reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências para a sociedade, não foi capaz de produzir nenhuma proposta metodológica para a alfabetização de adultos e nem de um paradigma pedagógico próprio para a modalidade (DI PIERRO; JÓIA; RIBEIRO, 2001).

A produção só viria a ocorrer a partir de 1958, com a eclosão do pensamento de Paulo Freire, após seu ganho de notoriedade ao fazer referência ao povo marginalizado no II Congresso de Alfabetização para Adultos, o que provocou uma reflexão sobre os sujeitos analfabetos e surpreendeu ao condicionar o fracasso da escolarização dos jovens e adultos às inadequações das propostas pedagógicas a eles destinadas. Esse é um momento de ruptura de paradigmas, pois a partir dele o analfabetismo passa a ser discutido como efeito da pobreza e da marginalização, contrapondo as concepções anteriores (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

No início da década de 60, os conceitos de Freire, sobre uma pedagogia centrada na dialética, no protagonismo do educando em seu processo de aprendizagem e na educação como prática de liberdade a partir de uma perspectiva de transformação social; foram expandidos para todo Brasil com apoio governamental, sendo implantados em diversos movimentos de alfabetização de adultos. Dentre os quais destacam-se: o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular do Recife e os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (DI PIERRO; JÓIA; RIBEIRO, 2001).

Todavia, a partir de 1964, com o país imerso na Ditadura Militar, a Educação Popular de Jovens e Adultos, balizada nos conceitos de Freire, perdeu força em virtude da violenta opressão gerada pelo governo ditatorial. Em substituição a esta, foi criado pela lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) – programa destinado a alfabetização de adultos, criado, no governo de Artur da Costa e Silva (SANTOS, 2014).

De acordo com Beluzo e Tonioso (2015), o MOBRAL adotou as concepções de Paulo Freire de modo distorcido. Veja-se que o programa, em verdade, utilizava alguns dos métodos da pedagogia freireana - como as fichas de leitura -, contudo não considerava as experiências de vida dos alunos, não promovia o diálogo, tampouco o fortalecimento de processos de conscientização em prol de transformação social. O MOBRAL é, portanto, um exemplo de política educacional destinada à escolarização de jovens e adultos apenas na medida necessária para garantir a sua inserção nas relações de produção e de consumo.

Após quase duas décadas de execução, o MOBRAL foi extinto, em 1985. Após o fim do programa e contemporaneamente à ditadura, o país vivenciou um período de grandes debates para a construção de uma nova Constituição Federal (CF), bem como para estruturação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBN). Nessa linha, temos a promulgação da Carta Magna em 1988 e, oito anos depois, em 1996, a publicação da nova LDBN 9394/96.

Entende-se, *a priori*, que a forte presença do pensamento liberal militar, nos debates para formulação da nova LDBN, minimizou a ruptura esperada pelos representantes da ala popular, os quais visavam uma educação emancipatória, com vistas à transformação da sociedade. No entanto, ainda que referida Lei não tenha contemplado todos os objetivos reivindicados, mostrou-se como determinante ao desenvolvimento da EJA, uma vez que a previu enquanto modalidade de ensino (DI PIERRO, 2005).

Todavia, a ausência de políticas educacionais para jovens e adultos na década de 90 - época da publicação da nova LDB - retardou esse desenvolvimento. A demora executiva resultou em uma marginalização da modalidade e externou que o assegurado nas leis pode ser alterado ou postergado na prática, a depender das concepções do regente que as deve executar (FRIGOTTO, 2016). Vejamos que, mesmo o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em janeiro de 2001, legitimando o paradigma de formação ao longo da vida e reconhecendo a necessidade de recursos financeiros para a escolarização de jovens e adultos, na prática, tais ações não foram executadas.

Tal realidade começa a se modificar com a ascensão de um líder sindical à presidência da república em 2003. A partir deste marco, visualizamos a criação de diversos programas voltados à concretização das metas estabelecidas no PNE, sob o

corolário educação para todos. Dentre os quais, destaca-se, para nós, o programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Contudo, antes de passarmos ao estudo do Proeja, é necessária a compreensão da Educação Profissional.

2.3.2 Antecedentes histórico-sociais da Educação Profissional no Brasil

A Educação Profissional apresenta estreita relação com a formação social do país, posto que desde o período colonial as práticas educacionais estavam ligadas ao ensino de um determinado ofício. No entanto, essa interligação ocorreu durante longo período às margens da formalidade, sendo institucionalizada apenas no início do século XX, com a chegada de Nilo Peçanha à presidência em 14 de junho de 1909, o qual toma como prioridade a formação de cidadãos úteis à nação.

O discurso do presidente tinha estreita relação com o cenário político e econômico do país no início do século, visto que, nesse período, o governo federal estava sendo pressionado, pelos industriais, a desenvolver políticas públicas voltadas à elevação da escolarização e qualificação de profissionais para o preenchimento de vagas no parque industrial em expansão. Por tal prisma, podemos inferir que o desenvolvimento econômico do país estava atrelado à qualificação da classe trabalhadora (MANFREDI, 2002).

Ademais, percebe-se que, historicamente, esteja a Educação Profissional formalmente institucionalizada ou não, ela corriqueiramente se mostrava correlacionada ao atendimento das necessidades mercadológicas do sistema capitalista, de modo reducionista e promotor de desigualdades por meio das relações de produção. Destarte, no centro dessas relações se encontram as instituições de ensino e o mercado de trabalho como agentes produtores de um dualismo estrutural na sociedade.

Contudo, com a institucionalização da EP, torna-se possível o desenvolvimento de ações, por parte da União e também dos Estados da Federação, visando a organização do ensino. Nesse contexto, alguns Estados redesenharam a proposta dos antigos Liceus de artes e artífices - escolas de ensino profissional informais surgidas no Brasil durante o Segundo Império - e outros criaram sua própria Rede de Educação Profissional.

Outrossim, no decorrer de todo o século XX, a Educação Profissional passou por diversas transformações nos vários seguimentos de execução, quais sejam: a Rede Federal; as Redes Estaduais; e as instituições ligadas à iniciativa privada, principalmente o subjacente Sistema S, criado na década de 40.

No que se refere ao contexto político-social, entende-se que, somente a partir da década de 30, a Educação Profissional passou a ser tratada como política pública. A mudança conceitual resultou no estabelecimento de disputas entre os diversos segmentos sociais e em uma correlação de forças entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora (CUNHA; SILVA; LIMA, 2014).

A validação dos fatos narrados se concebe no plano legal, haja vista que não havia menção constitucional acerca da Educação Profissional, a qual ocorrera somente com a Constituição de 1937. É, nesse mesmo sentido, que argumentam Cunha, Silva e Lima (2014, p. 8) “O reconhecimento da educação profissional, só ocorreu com a Constituição Federal de 1937, que passou a determinar o trabalho manual como parte da educação, embora fazendo referência às camadas menos favorecidas”.

Percebe-se que até o início do século XXI, a Educação Profissional se mantinha próxima às proposições de atendimento das imposições mercadológicas e de moldagem da classe trabalhadora. Todavia, dada a mudança no cenário político, social e econômico do país em 2003, as necessidades da classe trabalhadora passaram a ter prioridade nas discussões em âmbito Federal.

Sob o lema, a Educação Profissional passou a ser construída para benefício do alunado. Buscava-se um afastamento das concepções político-pedagógicas adotadas até então, as quais objetivavam o ensino de ofícios e a aquisição de complacência para com as demandas da burguesia. Passou-se, por conseguinte, a pensar em uma formação integral dos sujeitos, com vistas à compreensão da totalidade da cadeia de produção.

Com essa nova abordagem, em dez anos, a Rede Federal de Educação Profissional se expandiu por todo território nacional, com a criação dos Institutos Federais. Cabe destacar que em virtude do processo aligeirado, sem um tempo expressivo para planejamentos mais detalhados, muitas divergências podem ser encontradas em uma análise da construção dessa nova institucionalidade (IFs).

No entanto, é preciso destacar que a criação dos IFs foi um projeto inédito e abrangente que adotava, para além da qualificação profissional básica, “[...] uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral” (BRASIL, 2007, p. 35), mediante a interligação do trabalho como princípio educativo, da politecnia e da formação humana integral. Com essa nova roupagem, abandona-se o termo Educação Profissional para a ascensão da Educação Profissional e Tecnológica.

Com base na perspectiva é também que se funda o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), idealizado junto à própria Rede Federal. Nessa conjuntura, na próxima seção serão abordadas as características intrínsecas ao processo de criação e implantação da Rede Federal em âmbito nacional, isto é, geral. Partiremos da concepção legal e chegaremos às nuances operacionais, explicando o funcionamento idealizado e executado.

2.3.3 A criação e a implantação do programa Proeja

A política de fortalecimento da Educação Profissional, ao prever sua integração com todos os níveis e modalidades da Educação Básica, possibilitou sua aglutinação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Consoante ao exposto outrora, essa nova proposta provocou um deslocamento das políticas de Educação Profissional, que historicamente eram centradas nas bases filosóficas de desenvolvimento econômico do país, para uma efetiva proposta de qualidade social, mediante um processo de reestruturação administrativa e pedagógica da modalidade.

Sob análise histórica, percebeu-se que o Brasil, reiteradamente, vinculou as políticas educacionais para jovens e adultos às necessidades do capital, ofertando, por conseguinte, escolarização precária que visava apenas a erradicação do analfabetismo atrelado, eventualmente, ao ensino de práticas laborais. Atualmente, a EJA, embora seja regulamentada nos ordenamentos legais, na prática, apresenta grandes lacunas para uma proposta de educação com vista à promoção de uma formação integral dos sujeitos (ARROYO, 2006).

Sem embargo, a cada ano aumenta o contingente de estudantes que, por condições adversas, são impulsionados à inserção prematura no mercado de trabalho

e, por isso, necessitam continuar seu percurso formativo na EJA. Urge-se, portanto, políticas educacionais que verdadeiramente contemplem a verticalização do conhecimento, abrangendo o ensino da ciência, da cultura e da tecnologia integrado à qualificação profissional e tendo o trabalho como princípio educativo.

A despeito disso, em 13 de junho de 2006 foi criado o Proeja, uma política governamental institucionalizada pelo Decreto n.º 5.840/2006, com a dupla finalidade de elevar a escolarização e proporcionar a qualificação profissional do público jovem e adulto. O decreto previa que todas as Instituições da Rede Federal destinassem para o Proeja 10% (dez por cento) do total de vagas para ingressantes, tendo como referência as matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir de 2007 (BRASIL, 2006).

O Proeja foi idealizado e implementado no rol das ações de fortalecimento da Educação Profissional, as quais objetivavam consolidá-la em todos os níveis da Educação Básica, incluindo oportunamente a EJA. Nesse contexto, o processo de implantação, implementação e avaliação do programa, em âmbito nacional, era de responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Cabia à SETEC, a seu critério, estruturar um núcleo gestor composto com representantes das Secretarias do MEC, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2007).

O Documento Base do programa determina que o acompanhamento e o controle social da sua implementação sejam realizados por um comitê nacional, com função consultiva, no qual a composição, as atribuições e o regimento deveriam ser definidos conjuntamente pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2006).

No que tange às instituições ofertantes do Proeja, embora esse estudo se debruce sobre a trajetória do programa na Rede Federal, o ordenamento legal (Decreto nº 5.840/2006) determinava que, além dessa, outras instituições poderiam oferecer os cursos do programa. Dentre as quais: as instituições públicas estaduais e municipais; as entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical; e as entidades vinculadas ao Sistema S.

Foi determinado no referido instrumento legal que essas instituições deveriam: promover o ensino de forma gratuita; apresentar o plano de trabalho Plurianual; construir o projeto político pedagógico; possibilitar aos educandos aferição de conhecimento e reconhecimento, mediante avaliação individual; certificar os educandos; e promover formação a gestores e docentes.

O financiamento do programa poderia originar-se no orçamento da União, em acordo com entidades internacionais ou em fontes de fomento a projetos de Educação Profissional e Tecnológica. Contudo, o repasse desses recursos não ocorreu de maneira paritária, foi levado em consideração a natureza jurídica das Instituições proponentes, bem como as modalidades definidas para execução do programa.

No que concerne à modalidade de oferta, o Proeja pode ser ofertado de forma presencial, quando o curso for totalmente realizado em local determinado com os alunos e professores presentes; e semipresencial, quando mais de 20% do curso for realizado na modalidade de educação à distância. Quanto à formação profissional oferecida pelo programa, é possível a sua execução nas formas técnica de nível médio concomitante e integrado ou formação inicial e continuada articulada ao ensino médio.

No que diz respeito à formação humana anunciada pelo Proeja, tem-se que esse nasceu balizado em uma concepção de integração do trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral. Isso significa que estabeleceu uma abordagem dialética, considerando o trabalho como princípio educativo em seu sentido ontológico, ou seja, como elemento fundamental na relação entre o homem e a natureza, bem como no seu sentido histórico, haja vista o significado que essa categoria vem assumindo ao longo dos anos nas sociedades (MOURA, 2007).

Memora-se, ademais, que o trabalho, em uma perspectiva ontológica, consiste na ação que o homem realiza para intervir e transformar a natureza a fim de extrair desta os meios necessários à sua sobrevivência. Tal ato é, portanto, inerente aos seres humanos, posto que é por meio deste que o homem se torna homem (SAVIANI, 2000). Já o trabalho em uma perspectiva histórica, consiste nas diversas formas de produção dos meios de sobrevivência instituídos nas civilizações (o trabalho primitivo, o trabalho escravo, o trabalho servil e atualmente o trabalho assalariado).

Nesse contexto, o Proeja foi idealizado para ser um projeto educacional que assumisse a concepção de formação humana apoiada no trabalho como princípio educativo. Anunciou, pois, um ideário de educação que não poderia ser subordinado

às relações mercadológicas, uma vez que teria como finalidade a promoção de formação humana integral.

Veja-se, a conceituação dos eixos estruturantes do Proeja apoiados em Moura (2007). São esses: 1. Trabalho – considerado pelo autor, a categoria central da produção do saber; 2. Ciência – é o conhecimento sistematizado que se converte em força produtiva; 3. Tecnologia - é a construção social complexa integrada às relações de produção; 4. Cultura - pode ser caracterizada como o código de comportamento dos sujeitos de um determinado grupo.

Todavia, ainda que o programa apresentasse as condições materiais necessárias para se consolidar enquanto política de formação humana balizada nos princípios de inclusão social e educacional, esbarrou, durante sua implantação na Rede Federal, em grandes obstáculos. Dentre eles: a descontinuidade da oferta, a carência de formação para os servidores das instituições ofertantes e, principalmente, a resistência dos dirigentes e docentes frente à desinformação e à mistificação em torno do ideário do programa (FLORES, 2016).

Esses obstáculos implicaram, segundo Flores (2016) em uma mudança estrutural do projeto e provocaram um descompasso entre a base teórica e as ações concretas de fomento e fortalecimento do programa nos Institutos Federais. Nesse contexto, a autora explica que o Proeja findou reproduzindo os aspectos focais e compensatórios dos velhos programas de governo registrados ao longo da história, por mais que tenha sido concebido numa perspectiva de movimento mais abrangente e com bases conceituais carregadas de discursos revolucionários em prol da transformação da sociedade.

Para Araújo e Barros (2016, p. 19) “[...] os desafios apresentados desde a sua implantação já sinalizavam para a problemática que se estabeleceu desde os primórdios da construção da educação brasileira e se mantém através de impasses entre a teoria e a prática”. Dessa forma, pode-se inferir que o Proeja, mesmo tendo uma concepção teórica balizada nos princípios humanistas, o trabalho como princípio educativo e o currículo integrado, não tinha peso para promover uma ruptura histórica da dualidade e das políticas focais compensatórias presentes, como vimos, tão fortemente na EJA e também na EPT.

Nessa perspectiva, os autores defendem a ocorrência de uma certa evolução nas políticas de EJA nos últimos anos, mas afirmam ainda faltar muito a ser feito para

torná-la um mecanismo de enfrentamento do modelo social vigente. O que, dada a complexidade e a relevância social da educação de jovens e adultos, não ocorrerá por meio de programas governamentais como o Proeja, mas sim, através de uma política pública efetivamente comprometida com o direito social e a universalização da Educação Básica.

Entretanto, na visão de Moll (2010), o Proeja pode fomentar, no campo educacional, propostas que garantam a emancipação da classe oprimida, ancorada a uma pedagogia comprometida, política e socialmente, com a ascensão das camadas populares que, historicamente, ficaram à margem do sistema educacional. Para a autora, a proposta curricular do programa corrobora para uma nova perspectiva de formação para adultos que ultrapassa a instrumentalização, promovendo a dialética entre as questões inerentes ao ensino básico e profissional e as ações permanentes para consolidação de um itinerário formativo ao longo da vida.

No panorama contraditório das políticas educacionais do país, o Proeja, ainda que apresente características de políticas compensatória, estabelece um comprometimento do Estado com os direitos específicos de um tempo de vida, além de representar a luta pela garantia da oferta de formação e qualificação profissional pública e de qualidade para classe trabalhadora (ARROYO, 2018). Nesse último sentido, o programa se constitui como forma de compensar as desigualdades e as trajetórias escolares interrompidas, sendo uma ponte entre a educação básica e o ensino superior. Contudo, para alcance efetivo do ideário estabelecido, é necessário a plena contemplação dos seus princípios norteadores estipulados no documento base do programa.

Sobre os princípios supracitados, percebe-se que os processos educativos destinados ao público da EJA precisam ser estruturados de modo “[...] a contribuir para a formação de cidadãos capazes de participar politicamente na sociedade, atuando como sujeitos nas esferas pública, privada e no terceiro setor” (BRASIL, 2007, p. 24), considerando que esses espaços são privilegiados para a prática cidadã, em busca de uma sociedade justa e igualitária. Isso posto, destacamos que a Educação de Jovens e Adultos carece de avanço como campo político de direitos para os setores populares em suas formas concretas de vida e sobrevivência.

Com fito a atenuar a problemática, a partir de agosto de 2006, o governo federal, por meio da SETEC/MEC, incentivou os Institutos Federais a ofertarem cursos

de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Tais cursos eram destinados aos professores da rede pública com o intuito de proporcionar o entendimento das especificidades desta modalidade de ensino. “A iniciativa foi o ponto de partida por meio do qual, segundo a SETEC, foram certificados cerca de 1.800 (mil e oitocentos) profissionais em 15 (quinze) polos distribuídos em todo o país” (GARCIA; RAMOS, 2013, p.6).

Contudo, a supra especialização não abarcou a totalidade dos profissionais que efetivamente atuaram no programa. Posto isso, verificamos, a partir da análise de pesquisas envoltas à implementação do Proeja nos Institutos Federais, que os professores atuantes, em regra geral, não tinham especialização no ensino de jovens e adultos. Essa carência, ademais, foi um dos maiores empecilhos circundantes ao programa.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante ao exposto, conclui-se que a Educação para Jovens e Adultos e o Ensino Profissional têm, em verdade, itinerários semelhantes, seja a nível institucional ou não. Ambos foram, no Brasil, por quase um século, destinados a satisfazer as necessidades do mercado, ficando em caráter subsidiário as necessidades do alunado.

Como vimos, a EP passou por um abrupto processo de reinvenção, dando lugar a EPT, a partir da criação dos Institutos Federais de Educação. Nessa nova institucionalização, temos um plano de ensino inovador, jamais visto antes no contexto da EP, que visa efetivamente a formação integral dos discentes.

O programa Proeja, ademais, é resultado da união da EJA com a EPT, sendo impossível, por isso, desvincular dele os precedentes de marginalização atrelados à primeira. Nessa medida, ainda que com um ideário progressista e objetivos genuínos de formação integral da classe trabalhadora, os resultados não alcançaram as metas estabelecidas nos diplomas legais.

Veja-se os vários momentos de fragilização da EJA e da antiga EP, que, via de regra, tinham recursos limitados se comparados às outras modalidades de ensino. Essa realidade desigual começa a ser superada com a mudança na legislação

educacional, ao promulgar uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96) preocupada com o ensino em todas as suas vertentes e possibilidades.

Contudo, é somente com a ascensão do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, que os Institutos Federais são criados e, com eles, o Proeja. Os planos e as políticas públicas do, à época, presidente tinham princípios revolucionários, mas foram executados às pressas, em razão da urgência na apresentação de resultados. A problemática não é limitada ao Proeja, é visível também na própria narrativa de fundação dos Institutos Federais.

Outrossim, em virtude do planejamento superficial e da execução apressada, o Proeja passou por um processo de implementação e execução abarrotado de falhas, que podem ter implicado supervenientemente em entraves à sua continuidade entre os sujeitos diretamente envolvidos – os discentes, docentes e coordenadores. Esses entraves, sendo consequência ou não dos processos de implementação e execução, implicaram na suspensão do programa na grande maioria dos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Regina Magna; BARROS, Jéssika. A gênese da dualidade histórica do ensino médio e da formação profissional, uma herança portuguesa com certeza.

EJA em Debate, ano 5, n. 7. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/viewFile/1998/6>. Acesso em: 04 jul. 2020.

ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*:

SOARES, Leôncio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo

Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. p. 17-33. Disponível em:

http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf.

Acesso em: 20 nov. 2019.

ARROYO, Miguel. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e

responsabilidade pública *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria; GOMES,

Nilma (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte:

Autentica, 2018. p. 19-53.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1824.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 15 ago. 2021

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Síntese de Indicadores 2019**. Rio de Janeiro, RJ: 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base do Proeja**, Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

BELUSO, Maria; TONIOSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, SP, 2 (1) :196-209, 2015. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

CUNHA, Ana Lúcia Braga Melo; SILVA, Cybelle Dutra; LIMA, Erika Roberta Silva. Educação profissional e tecnológica no Brasil: expansão e políticas públicas educacionais. V encontro de pesquisa Educacional em Pernambuco, 2014.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educ.Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Uma década do decreto nº 5.154/2004 e do Proeja: balanço e perspectivas. **HOLOS**, Rio Grande do Norte, vol. 6, 2016, pp. 56-70. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4984/1569>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FLORES, Tânia Maria Dantas. **Política pública Proeja no IFBA Campus Santo Amaro (BA) : (des)caminhos, contradições e consequências**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4849/1/TANIA_MARIA_DANTAS_FLORES.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

GARCIA, Charline; RAMOS Elenita Eliete de Lima. A implantação do proeja no IFSC câmpus Florianópolis: algumas reflexões. **EJA em debate**, Florianópolis, ano 2, n. 3. dez. 2013. disponível em: https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/1493/pdf_1. Acesso em: 17 ago. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria. Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14_a07. Acesso em: 20 nov. 2019.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2014.

MOLL, Jaqueline. Proeja e democratização da educação básica. *In: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, vol. 2, 2007, pp. 4-30. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. *In: MEC - Ministério da Educação. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio*, boletim 16, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

SANTOS, Leide. MOBREAL: A representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. **Revista Crítica Histórica**, nº 10, 2014. Disponível em: <http://seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2961/pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Coleção Educação Contemporânea. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28_n76/a02v2876.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. Disponível em: https://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

SOUZA, José. Abordagem metodológica no estudo de políticas educacionais: o caso do programa de pós graduação da universidade de Brasília (2010-2012). *In*: CUNHA, Célio da; SOUSA, José; SILVA, Maria Abádia da (orgs). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores associados, 2014.

3 ARTIGO II – REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE FEDERAL

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar possíveis contradições e entraves no processo de implantação do programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja) na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No que se refere à coleta de dados, foi realizada uma revisão bibliográfica e uma análise documental, cuja análise apoiou-se na hermenêutica dialética. Os dados obtidos sugerem que o Programa Proeja, embora tenha uma proposta pedagógica transformadora para a Educação de Jovens e Adultos, no campo factual esbarrou-se em diversos obstáculos para se consolidar na Rede Federal, como uma política pública educacional.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação de jovens e adultos. Rede Federal.

ABSTRACT

This article aims to identify possible contradictions and obstacles in the implementation process of the program of Integration of Vocational Education with Basic Education in the Youth and Adult Education modality (Proeja) in the Federal Network of Vocational and Technological Education. With regard to data collection, a bibliographic review and document analysis were carried out, whose analysis was based on dialectical hermeneutics. The data obtained suggest that the Proeja Program, although it has a transformative pedagogical proposal for the Education of Youth and Adults, in the factual field ran into several obstacles to consolidate itself in the Federal Network, as a public educational policy.

Keywords: Public policy. Education for young people and adults. Federal Network.

3.1 INTRODUÇÃO

O Proeja é um programa originário do Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Foi chamado inicialmente de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e tendo como campo de ação a Rede Federal de Educação Profissional (BRASIL, 2005).

Em 2006, com a promulgação de um novo decreto, o de número 5.840, de 13 de julho, revoga-se o anterior e o programa passa a ser chamado de Programa

Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Verifica-se que as mudanças legislativas não se limitaram ao nome do programa, pois ocorreu, ainda, a inclusão do ensino fundamental; a admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e das entidades privadas como possíveis instituições ofertantes da modalidade de ensino (BRASIL, 2006).

Tais mudanças objetivaram maior abrangência do programa e foram amplamente defendidas por estudiosos e representantes da Educação de Jovens e Adultos, ganhando destaque na agenda política do governo federal. Todavia, o Programa não prosperou como pretendido. Diante disto, nesta pesquisa, busca-se saber se existiram contradições e/ou entraves no processo de implantação do Programa na Rede Federal. Logo, objetiva-se analisar os discursos contidos nos documentos oficiais que regem o programa de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de jovens e Adultos (Proeja).

Para tanto, desenvolveu-se um estudo qualitativo, de natureza exploratória para analisar o documento base do Proeja e o Decreto nº 5840/2006, fazendo uma relação com a literatura, mediante uma revisão bibliográfica, com o desenho metodológico apoiado em Sousa, Oliveira e Alves (2021).

Os resultados foram organizados em três subseções, sendo complementares entre si. Na primeira delas, é feita uma discussão acerca das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. Na segunda, será verificado se há equívocos contidos nos discursos dos documentos oficiais que regeram o processo de integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional na Rede Federal. Por fim, na terceira, discute-se a existência de possíveis entraves para a implantação do Proeja na Rede Federal de Educação Profissional.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As políticas públicas educacionais estão imersas a diversas intenções e disputas, que influenciam diretamente na sua forma de implementação na sociedade. Fator que se impulsiona a estudá-las de forma correlacionada a diversos contextos sociais e sob óticas diferentes.

Frente à conjuntura, iniciamos o delineamento metodológico deste trabalho, partindo do pressuposto que a pesquisa científica é um instrumento de conhecimento

da realidade em todas as suas dimensões e que a pesquisa em educação deve ser concebida enquanto um processo dinâmico e dialético (BRITO, 2013). Ciente disso, elegeu-se o método dialético para análise dos fenômenos investigados, haja vista que buscou-se observar, a partir de uma concepção materialista, a realidade dos fatos históricos. Conforme Brito (2013, p. 20):

O estudo da realidade social por meio da epistemologia materialista histórico e dialética possibilita, dessa forma, explorar as contradições históricas presentes nas práticas sociais e proporciona contribuições críticas para a realidade investigada.

Com fito a alcançar o objetivo proposto, a pesquisa será desenvolvida no contexto de uma abordagem qualitativa, em que o conhecimento e discussão sobre a temática se dará por meio da utilização de técnicas de coletas de dados bibliográficos e documentais, as quais serão subsidiadas em Sousa, Oliveira e Alves (2021). Na visão dos autores, “[...] é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico [...]”, e, assim sendo, tem como objetivo “[...] reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico [...]” (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 66), sendo necessária a dedicação, estudo e análise do pesquisador.

Compreendido o dito alhures, doravante, na figura 1, apresenta-se o desenho organizacional do estudo realizado:

Figura 1 – Etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Sousa, Oliveira e Alves (2021).

A escolha do tema – trata-se do momento inicial da pesquisa, onde foram delineados os assuntos que seriam abordados no artigo. Nesse momento, observou-se a pertinência e a relevância do tema para a sociedade e a pesquisa científica.

Levantamento bibliográfico – Nessa etapa, o objetivo é buscar e selecionar material bibliográfico. Para tanto, foram realizadas pesquisas nas plataformas *Google Acadêmico* – uma ferramenta que auxilia na busca de literatura acadêmica como: teses, artigos, livros e outros; *Scielo* – “[...] um portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas na Internet” (BVS PSICOLOGIA BRASIL, 2021). Produz e divulga indicadores do uso e impacto desses periódicos; Periódicos Capes – uma biblioteca da CAPES que contém produções científica, tem um acervo de mais 45.000 periódicos completos, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas de conteúdo e audiovisual (CAPES, 2020).

Seleção dos textos – após a leitura flutuante de diversas obras, passou-se a etapa de seleção do material que iria compor o referencial teórico e metodológico do trabalho. Sendo assim, escolhidos 12 artigos – dos quais se destaca, dentre outros, Di Pierro (2005; 2010), Marquez e Godoy (2020) e Saviani (2007); 2 dissertações – Flores (2016) e Brito (2013); 5 livros – dos quais destacamos Bottomoro (1988), Gramsci (2001) e o Documento Base do Proeja (2001); e vários Decretos para subsidiar o desenvolvimento deste trabalho.

Fichamento – Após a seleção das obras, houve o fichamento dessas fontes com a ordenação das informações. Nessas fichas foram elencadas as ideias principais de cada obra, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Modelo de Ficha utilizada

Título da obra: Na primeira linha foi colocado o título da obra que seria fichada
Referência bibliográfica: Na segunda linha, foi colocado as referências bibliográficas seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
Corpo do texto: Contém as ideias principais da obra em análise
Indicação da obra: Descrição do local onde aquela obra foi encontrada.

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Sousa, Oliveira e Alves (2021)

Análise e interpretação dos dados – Por fim, foi realizada uma análise crítica de todo material bibliográfico e documental catalogado, mediante um processo

exaustivo de organização e reflexão dos elementos do texto. Visto que, segundo o referencial teórico adotado, interpretar é realizar a leitura, buscando a compreensão das ideias contidas nas obras.

3.3 UMA ANÁLISE DOS ENTRAVES E CONTRADIÇÕES ENTRE A IDEALIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PROEJA

Cientes que, para melhor compreensão dos processos que envolvem as políticas públicas no contexto de uma sociedade capitalista, é necessário breve análise do papel do Estado enquanto formulador e implementador dessas (BRITO 2017), iniciaremos, então, com a conceituação de Estado. Esse, segundo o dicionário do pensamento Marxista, conceitua-se como “[...] a instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”, (BOTTOMORE, 1988, p. 218).

Destaca-se, por oportuno, a existência de uma relação orgânica entre o Estado e o capitalismo, haja vista que aquele favorece a acumulação de capital, por meio da fixação de políticas públicas enquanto mecanismos garantidores de uma sociedade que produza bens de consumo (BRITO, 2013). Cabe ressaltar que, na visão Marxista, o Estado quando defende os interesses do capital, acaba tornando ilegítima sua representação da sociedade, razão pela qual se postula como fundamental uma reorganização social, cujo aspecto principal seja a abolição da propriedade privada (BOTTOMORE, 1988).

Nesse sentido, contribui Gramsci (2001), concordando com a perspectiva de que, em verdade, o Estado, em uma sociedade capitalista, corrobora com a manutenção da dominação e da exploração de classe. Contudo, enquadra também a sociedade civil como um polo ativo nessa relação orgânica, posto que exerce influência direta nas decisões do Estado, por meio das organizações que a formam, dentre as quais citemos as igrejas, as escolas, os sindicatos e os meios de comunicação.

Percebe-se que Gramsci (2001) preocupou-se em alertar que essa influência exercida pela sociedade civil ocorre, diferente do que acontece nas manifestações estatais, de maneira velada, por meio, principalmente, do fetichismo da visão de mundo burguês, que atualmente é amplamente disseminada em veículos de

comunicação em massa. Atenta também que a sociedade civil não só influencia o Estado, como também divide poder com ele no que tange à organização estrutural da coletividade.

Diante dessa compreensão, conceitua-se política pública a partir de Fonseca (2013, p. 405), em que, segundo ele:

[...] pode-se dizer que “políticas públicas” podem ser caracterizadas como um processo de decisão política que se materializa em objetivos com resultados esperáveis, normalmente vinculados à transformação de uma dada realidade, com vetores distintos, e que envolvem: a) técnicos estatais e não governamentais, burocratas e políticos (tomadores de decisão); b) atores distintos (com “recursos de poder” assimétricos), cenários e conjunturas (por vezes voláteis); c) capacidade e viabilidade de o Estado disponibilizar recursos orçamentários, humanos, legais e logísticos; d) mecanismos de mensuração dos resultados.

Também é possível conceituar política pública como um campo do conhecimento capaz de, simultaneamente, colocar o governo em ação, analisando e intervindo quando necessário for. É, portanto, o processo por meio do qual as intenções dos governos são transformadas em programas, que irão atuar na sociedade (SOUZA, 2007).

Nessa conjuntura, tomando como base que todo programa, ação ou mesmo omissão do governo pode se classificado como uma política pública (SOUZA, 2007), abordar-se-á as políticas públicas voltadas para o público da EJA na legislação vigente.

3.3.1 As políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na legislação vigente

É necessário compreender anteriormente, que a formulação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996), ocorreu em um cenário político com forte presença do pensamento liberal militar. Fato que corroborou para o enfraquecimento das propostas educacionais voltadas para promoção da emancipação e autonomia da classe trabalhadora.

Com a promulgação da LDB, a EJA passou a ser uma modalidade da Educação Básica, destinada a ofertar educação de nível fundamental e médio para jovens e adultos com percurso formativo interrompido. Todavia, embora estivesse prevista em

lei, a EJA não recebia recursos federais para o custeio de sua oferta nas unidades de ensino (DI PIERRO, 2010).

Veja-se, nessa perspectiva, a exclusão das matrículas de EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Sem cômputo das matrículas, as instituições que ofertavam a modalidade ficavam sem recursos para manutenção das turmas. Diante desse cenário perverso, algumas unidades de ensino burlavam a regulamentação e adicionavam os alunos da EJA nas turmas de aceleração, em uma tentativa desesperada de garantir os recursos do FUNDEF para fomentar as ações voltadas para escolarização dos jovens e adultos (DI PIERRO, 2010).

Cabe lembrar que a exclusão da EJA no FUNDEF ocorreu em função de um veto presidencial do, então presidente, Fernando Henrique Cardoso, balizado no argumento que a relação custo-benefício da Educação de Jovens e Adultos não era favorável para a Administração Pública. Fato que se configura como uma violação dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, visto que a supressão de investimentos impedia que as instituições proovessem o ensino para o público de EJA.

Outrossim, essa marginalização reduziu a EJA ao programa de Alfabetização Solidária (PAS) e a ações emergenciais, subsidiárias a programas de combate à pobreza. O PAS, inicialmente, tinha como objetivo estabelecer relações entre o governo e a iniciativa privada, visando o desenvolvimento de ações para combater o analfabetismo, principalmente nas regiões norte e nordeste. Posteriormente, passou a responder por ações mais abrangente compondo a rede de EJA.

Di Pierro (2005, p. 1123) aponta três riscos que decorrem da postura adotada pelo governo à época, frente às políticas de EJA, quais sejam:

- A delegação de responsabilidades públicas à sociedade civil organizada;
- A tendência regressiva de desconstituição dos direitos educativos dos jovens e adultos, e sua conversão em objeto da filantropia privada;
- A institucionalização da precariedade das instalações físicas, recursos humanos e pedagógicos, que caracteriza a improvisação da escolarização promovida pelas organizações e movimentos sociais.

Mormente, é nesse contexto que o projeto de formulação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi apresentado ao Congresso em 1998, sendo sua versão final aprovada em janeiro de 2001. Ainda que interno à marginalização, no que se refere à EJA, o PNE legitimou o paradigma de formação ao longo da vida, pactuado na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA).

Em todas as suas metas o PNE priorizava o direito subjetivo à educação e no desenho organizacional, destinou uma seção exclusiva para EJA, na qual estavam elencados o diagnóstico, as diretrizes, os objetivos e 26 metas a serem atingidas em 10 anos, com a colaboração mútua entre as esferas do governo e a sociedade civil.

Em 19 de dezembro de 2006 foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Um Fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano.

O FUNDEB ao contrário do FUNDEF, incluiu as matrículas da modalidade EJA para contabilização de recursos. No entanto, o fez de forma discriminatória, limitando a 15% (quinze por cento) o percentual de recursos destinado a essa modalidade e fixando o fator de ponderação em 0,7 (sete décimos), o menor dentre todas as etapas da educação básica (CARVALHO, 2017). No ensejo, é válido destacar o caráter contraditório dos argumentos justificadores dessas medidas, os quais consistiam no receio de que a demanda suprimida aumentasse demasiadamente as matrículas na modalidade.

Diante do exposto, observa-se que os recursos financeiros destinados a implantação e fortalecimento de políticas públicas para a EJA, nunca foram uma prioridade dos governantes. Historicamente, “[...] foi um longo caminho para que esses recursos fossem garantidos por lei e mesmo assim, ainda hoje são escassos e preteridos” (MARQUEZ; GODOY, 2020 p. 37).

Outro ponto de discussão em torno das políticas de EJA durante a primeira década do século XXI é a manutenção de altos índices de analfabetismo, mesmo que, paradoxalmente, nesse período tenha sido registrado a criação de diversos programas de Educação de Jovens e Adultos. De acordo com Marquez e Godoy (2020), de 2001 a 2008, o índice de analfabetos no país reduziu apenas 2,4%, número muito distante do estabelecido como meta no PNE, que previa 10 milhões de alfabetizados em cinco anos de vigência.

Em 2014, entrou em vigência o Plano Nacional de Educação 2014/2024, constituído por 20 metas, das quais três contemplam a Educação de Jovens e Adultos. Vejamos, pois, o que prevê cada meta destinada a EJA no PNE 2014/2024.

A meta 8, objetiva aumentar a escolaridade da população, elevando para no mínimo 12 anos o nível de estudo de cada pessoa; a meta 9 “[...] busca elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%, reduzir em 50% o índice de analfabetismo funcional e erradicar o analfabetismo absoluto” (MARQUEZ; GODOY, 2020 p. 38); a meta 10 determina a oferta de no mínimo 25% das matrículas de EJA integrada à Educação Profissional, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio (BRASIL, 2014).

Segundo Marquez e Godoy (2020), dificilmente essas metas serão alcançadas até o final da vigência do PNE em 2024, haja vista as medidas ideológicas e econômicas adotadas pelo governo federal nos últimos quatro anos. Para as autoras, o que mais afetou o cumprimento do plano foi a aprovação da Emenda Constitucional de nº 95, de 15 dezembro de 2016, uma vez que determina o não reajuste do orçamento do poder executivo acima da inflação e congela os gastos públicos até 2036.

Além disso, a EJA tem ficado à margem das políticas públicas educacionais nos últimos anos e mesmo os programas já constituídos perderam espaço nas instituições. Nessa perspectiva, considerando o que determina a meta 10 do PNE, iremos nos aprofundar na política de integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, mostrando as contradições do primeiro movimento para implantação desta proposta na Rede Federal.

3.3.2 Contradições e equívocos na integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional na Rede Federal

Destacamos à Priore, que quando nos reportarmos à integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, estaremos tratando exclusivamente do programa Proeja. Feita a ressalva, entendamos que no contexto do processo de implantação do Proeja na Rede Federal, foi constatado algumas contradições que requerem lutas específicas de um coletivo que pense a educação a partir do explicitado nessa análise para avançar nas conquistas. É preciso levar em consideração que em cada solução novas contradições aparecem e que deverão ser superadas.

A primeira contradição pode ser evidenciada na forma impositiva como o programa foi criado, por meio de um decreto presidencial que determinava sua oferta imediata nos Institutos Federais. Tal determinação, não considerou as particularidades de cada instituição, haja vista que, naquele momento de expansão, a Rede contava com unidades centenárias e com unidades que estavam recém construídas.

Outrossim, o decreto 5.840, de 13 de junho de 2006, também determinava que 10% (dez por cento) do total das vagas das instituições federais de educação profissional fossem destinadas a oferta do Proeja, em uma tentativa de garantir o acesso dos jovens e adultos a essas instituições e expandir as vagas da Educação Profissional. Todavia, essa determinação legal não corroborou para a ampliação da EPT, visto que não foram criadas novas vagas, tão somente foi destinado um percentual das já existentes, provocando, portanto, um deslocamento das vagas de outros níveis de ensino para o atendimento das turmas do Proeja e ainda não favoreceu o acesso do público de EJA, conforme o almejado, uma vez que os institutos relutaram em deslocar as vagas de outros níveis para o atendimento do Proeja (RUMMERT, 2007).

Outro ponto de contradição pode ser percebido nos discursos do documento base do programa, no que se refere às instituições proponentes do Proeja. O documento, por um lado, defende a educação para jovens e adultos balizada em princípios humanistas, desassociada das relações mercadológicas, mas por outro, estabelece o Sistema S¹ como instituição parceira prioritariamente (BRASIL, 2006), em um claro movimento que possibilita a intervenção do capital nas propostas educacionais da classe trabalhadora.

É válido ressaltar que o Proeja nasceu balizado na concepção de integração do trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral. Isso significa estabelecer uma abordagem dialética, considerando o trabalho como princípio

¹ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 17 set. 2021.

educativo em seu sentido ontológico, ou seja, como elemento fundamental na relação entre o homem e a natureza, bem como no seu sentido histórico, haja vista o significado que essa categoria vem assumindo ao longo dos anos nas sociedades (MOURA, 2007).

Entendamos, ademais, que o Proeja foi idealizado para ser um projeto educacional que assumisse a concepção de formação humana, apoiada no trabalho como princípio educativo. Anunciou, nesse sentido, um ideário de educação que não poderia ser subordinado às relações mercadológicas, uma vez que teria como finalidade a promoção de formação humana integral. Portanto, sua oferta no Sistema S é problemática e se perfaz como uma grande contradição entre os ideários inicialmente fixados.

Observa-se a partir de Frigotto, Ciavata e Ramos (2005) outra contradição no que concerne à redução da carga horária dos cursos do Proeja. Segundo os autores, reduzir a carga horária com relação aos mínimos estabelecidos em lei deve ser visto como possibilidade e não como regra, pois impor arbitrariamente a redução é admitir que à classe trabalhadora somente se pode ofertar uma formação mínima.

A partir da crítica dos autores, podemos inferir que o discurso no ordenamento legal apresenta contradição, haja vista que a proposta do programa é justamente elevar o nível de formação da classe trabalhadora mediante uma formação integral, não havendo lugar para reducionismo. Nessa conjuntura, as bases filosóficas do Proeja defendem uma abordagem que contraponha as políticas focais, materializadas em programas que visam o ensino aligeirado para os jovens e adultos. Portanto, não se pode conceber a adoção da redução de carga horária para EJA como uma regra imutável.

Frente as ditas contradições, torna-se clara a existência de uma dicotomia entre as lutas sociais e as propostas governamentais no início do século XXI, o que corrobora para a não concretização de princípios fundamentais para a formação dos trabalhadores centrados em uma concepção emancipatória da classe. Em virtude disso, Kuenzer (2006 p. 3) defende a necessidade de uma análise dialética do “[...] pensamento e realidade, buscando apreender o real como totalidade em movimento, em sua complexidade, para que se possa comparar e avaliar os impactos das políticas de Educação Profissional da última década”.

Feita essa breve análise das contradições contidas nos discursos dos documentos oficiais do Proeja, passamos a próxima subseção. Nela iremos identificar alguns entraves para a implantação do Proeja na Rede Federal.

3.3.3 Entraves para a implantação do Proeja na Rede Federal

A política de expansão da Rede Federal foi idealizada e difundida em meio a grandes contradições, oriundas de fatores históricos relacionados à origem e à função da escola em uma sociedade capitalista (SANTOS; RODRIGUES, 2015). Além disso, todos os movimentos em prol da difusão da Educação Profissional no País podem ser classificados como uma disputa entre progressistas e conservadores pela hegemonia nesse campo (FRIGOTTO, 2010).

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional pode ser considerada um dos marcos históricos na promoção de políticas de Estado no período republicano (SANTOS; RODRIGUES, 2015, p. 98). Isso porque, provocou um deslocamento das políticas de Educação Profissional, que historicamente eram centradas nas bases filosóficas de desenvolvimento econômico do país, para uma efetiva proposta de qualidade social, mediante um processo de reestruturação administrativa e pedagógica da modalidade.

É ancorado na conjuntura supracitada, que o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA foi institucionalizado pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho 2005, e denominado de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, inicialmente (BRASIL, 2007). No princípio, o programa teve como locus de execução a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Entretanto, essa determinação foi alvo de muitas críticas de estudiosos da temática, que reivindicavam maior abrangência do programa.

Em resposta aos questionamentos supra citados, houve a revogação do decreto nº 5.478/2005 e a promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Com essa mudança nas bases legais, o programa passou por diversas alterações estruturais e pedagógicas, dentre as quais destaca-se: a inclusão do ensino fundamental; admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional como

instituições proponentes; e a mudança no nome do programa que passou a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL,2006).

Todavia, como observou-se outrora, o Proeja foi constituído emerso a diversas contradições. Por isso, ainda que apresentasse as condições materiais necessárias para se consolidar na Rede Federal, esbarrou, durante sua implantação, em grandes obstáculos, tais como a descontinuidade da oferta, carência de formação para os servidores das instituições ofertantes e, principalmente, a resistência dos dirigentes e docentes frente à desinformação e à mistificação em torno do ideário do programa. Esses obstáculos implicaram em uma mudança estrutural do projeto e provocaram um descompasso entre a base teórica e as ações concretas de fomento e fortalecimento do programa nos Institutos Federais (FLORES, 2016).

Doravante, analisar-se-á as possíveis razões das incongruências na implementação do Proeja. A análise dar-se-á à luz do entendimento que “[...] no modo de produção capitalista, todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas por quem detém às demandas do processo de acumulação” (KUENZER 2006, p. 5), sendo, portanto, a contradição inerente às políticas públicas formuladas em sociedades capitalistas, sobretudo o Brasil, um país que carrega marcas históricas de incoerências no campo social e educacional.

Flores (2016) critica fortemente as ações concentradas na precarização das condições sociais e nos percursos truncados de escolarização presentes no programa, os quais, com base no aparato histórico aqui abordado, acarretam, como reiteradamente acarretaram, o fortalecimento de estigmas e a rotulagem pejorativa dos sujeitos participantes dos programas educacionais para jovens e adultos. Diante dessa compreensão, a autora defende uma mudança nas políticas educacionais de atendimento ao público de EJA, a fim de promover uma descaracterização desse e, por conseguinte, afastar deles o estigma de marginais.

A autora explica que o Proeja, em verdade, findou reproduzindo os aspectos focais e compensatórios dos velhos programas de governo registrados ao longo da história. Isso porque, por mais que tenha sido idealizado em uma perspectiva de movimento mais abrangente e com bases conceituais carregadas de discursos revolucionários em prol da transformação da sociedade, esses discursos em diversos momentos se contradiziam.

Nesse ínterim, observa-se que na arena das disputas políticas, o Proeja, alicerçado em bases humanistas, perdeu seu espaço na Rede Federal em favor de programas focados na preparação de novos trabalhadores para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, mais atraentes aos olhos dos gestores públicos, por serem menos onerosos e de baixa complexidade para execução. Um arranjo balizado nas políticas restritivas de gastos adotadas largamente pelos programas de governo corroborou para a dissolução do Proeja, enquanto ferramenta de combate à exclusão e de resistência no seio das políticas neoliberais.

Soma-se a isso, a conjuntura da sociedade brasileira, na qual a defesa pela universalização e democratização da educação se dá na medida que favorece os interesses do capital (SAVIANI, 2007). Não obstante, o Proeja ia na contramão dos padrões estabelecidos no que tange à Educação de Jovens e Adultos, uma vez que objetivava a formação dos trabalhadores, na perspectiva de ampliação do conhecimento mediante a integração entre ciência, cultura e tecnologia. Ainda, estabelecia a ruptura com a dualidade entre a formação intelectual e a formação manual, fato que permitiria à classe trabalhadora ter acesso ao conhecimento científico produzido pela humanidade, ampliando a visão desses para a totalidade das relações de produção.

Por conseguinte, percebe-se que a proposta pedagógica do Proeja, conforme delineada nos ordenamentos normativos, representa, no campo teórico, um avanço para a população jovem e adulta excluída do sistema educacional, em virtude das desigualdades sociais do país. Mas, no campo factual, a falta de acompanhamento, monitoramento e avaliação em todo o processo de implantação e execução do programa acabaram por transformá-lo em uma nova forma de exclusão, uma vez que o poder público não assegurou os meios para o alcance de suas metas.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nesta pesquisa analisar os discursos contidos nos documentos oficiais que regem o programa de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de jovens e Adultos (Proeja). Isso para verificar se houveram contradições e/ou entraves no processo de implantação do programa na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

No tocante às políticas públicas, percebeu-se que o ensino de jovens e adultos sempre esteve às margens do pensamento governamental, sendo palco de inúmeras omissões e supressões nos planos e metas educacionais. O Proeja foge um pouco à realizada regra, mas defronta-se com uma base legal e ideológica conflitante, o que pode ter implicado em óbices para a sua implantação – sendo aqui as problemáticas chamadas, respectivamente, de contradições e entraves.

Ante a análise realizada das bases legais e documentais, percebeu-se que os documentos produzidos para nortear o processo de implantação do Proeja, trouxeram justamente o oposto: um discurso submerso em contradições, que possivelmente corroborou para o enfraquecimento do programa na Rede Federal.

Assim sendo, torna-se certo concluir que o programa Proeja foi implantado na Rede Federal imerso a um cenário conflitante, mesmo que tenha sido criado para ofertar escolarização e profissionalização para os jovens e adultos trabalhadores; e que seja balizado nos princípios humanistas que regem a proposta da Educação Profissional, ofertada nos Institutos Federais.

Ademais, o discurso implicou numa implantação afastada do que fora idealizado. Além disso, as fontes estudadas sugerem que essas contradições podem ter íntima relação com o fato do programa ter sido implantado de forma impositiva; das vagas destinadas terem sido deslocadas de outros níveis de ensino; e de não se ter estabelecido uma ruptura com a iniciativa privada, perpetuando velhas políticas com foco no atendimento das necessidades do mercado em detrimento das necessidades dos trabalhadores.

Suscita-se também que essas contradições e equívocos – contidos nos discursos dos ordenamentos legais e na proposta pedagógica do Proeja – podem ter corroborado para o desencadeamento de vários entraves que dificultaram a consolidação e a manutenção do programa nas instituições federais.

Ou seja, pensar em uma possível reimplantação do programa implica num replanejamento para além do execucional, abrangendo também a estruturação legal e pedagógica do Programa. Por fim, insta salientar que este debate sobre uma eventual releitura do Proeja perfaz-se como pertinente perspectiva de continuidade deste estudo.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006**. Convertida na Lei nº 11.494, de 2007 - Regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/339.htm Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base do Proeja**, Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arqui_vos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. PNE - **Plano Nacional de Educação**. 2014. Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 21 set. 2021.

BRITO, Patrícia Emannelle. **Políticas públicas na educação de jovens e adultos- processo de implantação do Proeja no Instituto Federal de educação, ciências e tecnologia do norte de Minas Gerais- campus Salina, sob a ótica dos gestores e docentes**. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17215/1/2013_Patr%c3%adcia

Emannelle DosSantosBrito.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

BVS PSICOLOGIA BRASIL. Perguntas Frequentes. O que é SciELO?. Biblioteca Virtual de Psicologia (BRASIL). São Paulo: 2021. Disponível em: <http://www.bvs-psi.org.br/php/level.php?lang=pt&component=53&item=12> Acesso em: 17 nov. 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; DPB. Diretoria de Programas e Bolsas no País. **CAPES - [2017 a 2020] Acessos ao Portal de Periódicos**. 2020. Disponível em:

<https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/195> Acesso em: 26 set. 2021.

CARVALHO, Rita de Cassia *et al.* Gestão escolar democrática e EJA: o ideal e o real nas escolas públicas municipais, **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 3, n. 3, p. 78-90, ago./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Principal/Downloads/228-Texto%20do%20Artigo-1699-1-10-20180118.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre, RS: 2010. p. 20-41.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FLORES, Tânia Maria Dantas. **Política pública Proeja no IFBA Campus Santo Amaro (BA): (des)caminhos, contradições e consequências**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4849/1/TANIA_MARIA_DANTAS_FLORES.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, vol.11, nº 3, Rio de Janeiro, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

KUENZER, Acácia. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/51940/29810>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, vol. 2, 2007, pp. 4-30. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 03 jun. 2020.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Revista de ciência da educação**, nº 2, 2007. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/50/57>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, Jailson; RODRIGUES, José. (Des)Caminhos da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: contradições na trajetória histórica. **Marx e o Marxismo**, v.3, n.4, 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/100>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, vol.12, n. 34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000900028. Acesso em: 16 jul. 2020.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/233> Acesso em: 13 set. 2021.

4 ARTIGO III – A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO IFAC/CAMPUS RIO BRANCO: UM OLHAR A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS ATORES ENVOLVIDOS

RESUMO

O Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja) é uma política governamental institucionalizada pelo Decreto n.º 5.840/2006, com a dupla finalidade de elevar a escolarização e proporcionar a qualificação profissional do público jovem e adulto. Contudo, frente à ausência de documentos e de registros, estabelecemos esta pesquisa com o objetivo de verificar o perfil do corpo docente e discente do Proeja, bem como as condições de implantação do programa no Instituto Federal do Acre (Ifac), campus Rio Branco. Para tanto, foi analisado o contexto histórico de fundação da instituição, as planilhas Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), as características comuns aos sujeitos investigados e suas narrativas sobre o processo de implantação. Para a realização desta pesquisa elegemos o método dialético, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e explicativo do fenômeno investigado. A coleta de dados deu-se, principalmente, através dos instrumentos questionários e entrevistas narrativas, os quais foram interpretados com suporte na hermenêutica dialética. Quanto ao perfil dos discentes, verificamos que os concludentes são em maioria mulheres, além disso há uma unicidade nas expectativas e percepções sobre o programa e o Ifac. Os docentes possuíam idades variadas, eram especialistas, mestres e doutores, todavia não detinham experiência com o público alvo, tampouco participaram da estruturação do programa. Ademais, identificamos que o programa foi implantado no Ifac, campus Rio Branco, no mesmo ano da fundação da instituição, restando marcado pela carência de planejamento, por altos índices de evasão e por baixas taxas de concludentes, o que implicou na descontinuidade da sua oferta e consequente no descumprimento dos seus objetivos.

Palavras-Chave: Proeja. Ifac. Narrativas

ABSTRACT

The Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education modality (Proeja) is a government policy institutionalized by Decree No. 5.840/2006, with the dual purpose of increasing schooling and providing professional qualification to the public young and adult. However, given the absence of documents and records, we established this research with the aim of verifying the profile of the Proeja faculty and students, as well as the conditions for implementing the program at the Federal Institute of Acre (Ifac), Rio Branco campus. Therefore, the historical context of the institution's foundation, the National Information System for Professional and Technological Education (Sistec) spreadsheets, the characteristics common to the investigated subjects and their narratives about the implementation process were analyzed. To carry out this research, we chose the dialectical method,

with a qualitative approach, with a descriptive and explanatory character of the investigated phenomenon. Data collection took place mainly through questionnaires and narrative interviews, which were interpreted based on dialectical hermeneutics. As for the profile of the students, we found that the graduates are mostly women, in addition there is a uniqueness in the expectations and perceptions about the program and Ifac. The professors had different ages, they were specialists, masters and doctors, but they did not have experience with the target audience, nor did they participate in the structuring of the program. Furthermore, we identified that the program was implemented at Ifac, Rio Branco campus, in the same year of the foundation of the institution, remaining marked by a lack of planning, high dropout rates and low concluding rates, which ended up implying the discontinuity of its offer and consequent failure to meet its objectives.

Keywords: Proeja. Ifac. Narratives

4.1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais são inerentes às sociedades capitalistas (BOTTOMORE, 1988). É consolidando, inconscientemente ou não, essa máxima que a história da educação no Brasil se lapidou, posto que indissociável a ela encontra-se a disparidade educacional entre as classes dominantes e dominadas. Foram mais de três séculos de negação, à classe trabalhadora, do acesso à educação formal, o que gerou uma imensa dívida social a ser adimplida não com meras ações compensatórias, como se tentou fazer com programas focais direcionados a sanar as necessidades mercadológicas, mas sim com propostas educacionais que visem à formação integral do cidadão, numa perspectiva de emancipação e transformação social.

Nesse sentido, emerge-se o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), a fim de ofertar Educação Integral aos trabalhadores. Ele se constitui como um projeto educacional, instituído a partir do Decreto n.º 5.478/2005, com uma matriz curricular que unifica trabalho, ciências, cultura e tecnologia, cujo objetivo era a promoção de uma sociedade mais igualitária, com formação integral do cidadão e inclusão social (BRASIL, 2005). Esses fatores vão na contramão das concepções dos diversos programas implementados até então.

No momento de sua criação, todos os Institutos Federais aderiram ao programa. Todavia, atualmente, ele é ofertado em poucos dos IF's, sendo o Ifac,

campus Rio Branco, um dos que deixou de executá-lo. Outrossim, ainda que tenhamos buscado estudos que explicassem a interrupção da oferta no referido IF, não foram localizados documentos ou registros nesse sentido, motivo pelo qual entendemos ser necessária a averiguação do processo de implementação e do perfil dos sujeitos envolvidos, com fito a identificar se a realidade atual é originada na gênese do programa.

Inclusive, a pertinência desta pesquisa encontra amparo justamente na carência informativa em torno das causas da descontinuidade da oferta do programa na instituição de referência. Isso porque, segundo averiguado, não foram feitos levantamentos, pesquisas ou quaisquer outras ações para saber quem são e quais as dificuldades desses sujeitos durante a implantação e execução do programa. Por esse motivo, as vozes interlocutoras envolvidas restaram silenciadas durante toda a trajetória do programa até este momento de reavivamento.

Portanto, neste estudo verificaremos o perfil do corpo docente e discente do Proeja, bem como as condições de implantação do programa no Ifac, campus Rio Branco. Para tanto, dado o pouco quantitativo de documentos escritos na instituição pesquisada referente à temática, conforme explanado acima, recorreremos à coleta de informações diretamente com os agentes que atuaram no programa, por meio da aplicação de questionários e de entrevistas narrativas.

Destaca-se, oportunamente, que o Proeja teve execução em outras municipalidades – tais como Cruzeiro do Sul, Xapuri e Sena Madureira. No entanto, limitamos o lócus de pesquisa ao campus Rio Branco, em razão da sua precursoriedade, bem como em virtude dos altos índices de matrículas e, paradoxalmente, de evasão nele registrados. Por isso, foram analisadas as planilhas do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) somente no âmbito do campus Rio Branco, além de unicamente buscados profissionais e discentes vinculados a ele.

Nessa medida, desenvolveu-se um estudo qualitativo, com natureza exploratória e explicativa do fenômeno investigado. Para coleta dos dados envolvidos, foram utilizados mecanismos digitais – principalmente, o *Whatsapp*, o *G-mail*, o *Google Forms* e o *Google Meet*. Uma vez colhidos, foram analisados através de um confronto de informações, comparando os documentos oficiais com as narrativas dos interlocutores do Proeja.

Os dados obtidos na investigação foram analisados e os resultados organizados para serem discutidos em três subseções complementares entre si. Na primeira delas, é feita uma retrospectiva da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Acre, trazendo-se, ao final, um breve histórico do Ifac, campus Rio Branco. Na segunda, apresentou-se o perfil do corpo docente e discente do Proeja. Por fim, na terceira, serão trazidas as condições de implantação do programa no local de pesquisa.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização desta pesquisa elegeu-se a abordagem qualitativa, de caráter descritivo e explicativo do fenômeno investigado. Justificando-se a opção no inegável reconhecimento da pesquisa qualitativa, pela comunidade científica, no que concerne aos estudos envolvendo seres humanos e suas relações sociais (COSTA; COSTA, 2013).

Nesse tipo de investigação, o pesquisador é o principal instrumento. Nesse sentido deve adentrar na situação investigada, considerando o ambiente natural como fonte de dados, uma vez que os fenômenos são influenciados pelos seus contextos, sendo as circunstâncias que um objeto se insere essenciais para sua compreensão.

4.2.1 Local de pesquisa

Como lócus dessa análise, foi escolhido o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre (Ifac) campus Rio Branco. Esse está situado na Av. Brasil, n.º 920, bairro Xavier Maia, na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre. A escolha encontra subsídio em dois motivos específicos – o campus Rio Branco foi um dos primeiros a ofertar os cursos do Proeja no Acre e foi também o que registrou os maiores percentuais de ingressantes no programa.

4.2.2 Técnicas de coleta de dados

Para a coleta de dados, foram utilizadas duas técnicas, que neste estudo específico se complementam, quais sejam: o questionário e a entrevista narrativa. Quanto à aplicação dos questionários, apontamos suas principais contribuições para

o processo investigatório: A abrangência, pois facilitou o acesso a informantes que não residiam mais no Estado do Acre; e a possibilidade de identificação prévia dos sujeitos com disponibilidade e interesse em participar do estudo.

Paralelamente, a técnica de entrevistas narrativas baseia-se na necessidade de diversificação e inovação da abordagem qualitativa, bem como, na busca por um processo de investigação que permita adentrar no pensamento experiencial dos sujeitos investigados. Além disso, as narrativas são consideradas um procedimento facilitador da reflexão do informante sobre as consequências da sua atuação na sociedade, posto que apresentam as inúmeras formas dos sujeitos interagirem com o meio, estabelecendo um hibridismo entre a história, o discurso e a significação fenomenológica (FLICK, 2009).

Nessa conjuntura, a coleta de dados foi estruturada em 3 (três) etapas. Em cada uma dessas, participou um dos três grupos de informantes, quais sejam, respectivamente: os ex-alunos do Proeja que estudaram no campus Rio Branco; os professores que atuaram no programa no campus Rio Branco; e os ex-coordenadores do Proeja.

A etapa I teve como informantes os ex-alunos do Proeja do Curso Técnico de Manutenção e Suporte de Informática, ofertado em 2010, e do Curso Técnico de Administração, ofertado em 2012. Para a seleção desses sujeitos, foi aplicada a técnica de amostragem não probabilística por conveniência ou não intencional, na qual estabelecemos como critério unicamente a participação em um dos cursos ofertados no programa e no local objeto desta pesquisa, sem preferência de gênero ou de qualquer outra natureza.

A reunião do grupo se deu a partir, primeiramente, da cessão, por parte de uma das professoras da época, de alguns contatos de ex-alunos que detinha. Esses, por sua vez, forneceram o contato de alguns outros, o que possibilitou o agrupamento de 21 (vinte e um) sujeitos informantes. Nesse grupo, foi disponibilizado o *link* de um formulário na plataforma *Google Forms* para que os alunos respondessem a um questionário, composto por perguntas abertas e fechadas, sendo esse respondido por todos os participantes do grupo.

Através do grupo de *Whatsapp*, foi também realizado o agendamento das entrevistas narrativas – segunda fase de coleta com esse grupo –, nas quais apenas 15 (quinze) ex-alunos participaram, ainda que se tenha tentado fazê-las com a

totalidade. A diferença decorreu de empecilhos na realização das demais, oriundos em problemas pessoais dos discentes, tais como indisponibilidade de horário e questões de saúde pessoal ou familiar. Destaca-se que para a manutenção do anonimato, os informantes dessa categoria foram identificados pela letra “A” agregada a ordem em que ocorreram as entrevistas, da seguinte forma: A1, A2, A3 [...] A15.

Para a realização dessas entrevistas narrativas foi organizado um tópico-guia que, conforme as orientações de Weller e Zardo (2013), continha perguntas amplas para estimular os informantes e favorecer a produção das narrativas. Sua estrutura estava organizada em 5 blocos temáticos, compostos por uma pergunta inicial e depois por perguntas indutoras. Essa técnica possibilita ao participante da pesquisa reviver suas memórias com autenticidade, haja vista que o investigador o deixará narrar livremente, sem interferências, e somente ao final, ou quando necessário, fará algum questionamento visando à retomada da narração para um determinado ponto que não tenha sido bem compreendido (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2015).

Finalizada a supra narrada etapa, iniciou-se a coleta com os docentes que atuaram no Proeja no campus Rio Branco, momento que chamamos de etapa II. Com esse grupo, aplicamos um questionário, por ser a técnica que “[...] atinge maior número de pessoas simultaneamente, que obtém respostas mais rápidas e mais precisas e que garante maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato” (OLIVEIRA *et. al.*, 2013, p. 8).

A aplicação do instrumento, ora mencionado, deu-se via *e-mail*, por meio do qual, foi encaminhada para os participantes a carta de apresentação da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para questionários e um *link* para que respondessem ao questionário, com perguntas abertas e fechadas. Foram obtidas 20 (vinte) respostas de professores.

Na etapa III da coleta, participaram como informantes 4 (quatro) ex-coordenadores dos cursos do Proeja no Ifac campus Rio Branco. A seleção desses sujeitos, deu-se a partir de uma lista fornecida por uma professora da instituição, que além de fornecer o contato telefônico, ainda auxiliou enviando, para estes, um *e-mail* de apresentação e explicação da pesquisa.

Posteriormente, foi realizado um contato, via *Whatsapp*, com esses sujeitos para agendamento da entrevista. Ressalta-se que com essa categoria, somente será realizada a entrevista narrativa, porque, além de coordenadores eles foram também

professores do programa, isto é, já haviam respondido ao questionário aplicado para o grupo de docentes. Registra-se, ademais, que para manutenção do anonimato dos participantes sua identificação será dada pela letra C somada ao número que representa a ordem da entrevista - C1, C2, C3 e C4.

Por fim, cabe esclarecer que, em virtude da realidade pandêmica mundial, na qual estamos inseridos desde março de 2020, ainda sem perspectiva de retorno à normalidade, bem como prezando pela auto incolumidade e a dos nossos entrevistados, todas as entrevistas foram realizadas por via da ferramenta *Google Meet*. Não foram encontrados problemas de ordem técnica na execução da coleta, tão somente ocorreram momentos de falhas na conectividade, mas nada que pudesse obstar a conclusão do feito.

4.2.3 Procedimento de análise de dados

Com relação à análise dos dados coletados, este estudo está ancorado na hermenêutica dialética segundo a concepção de Minayo (2014), que a caracteriza como a arte do estranhamento e da crítica. Para a autora, o método apresenta duas fases históricas: a antiga – dos pré-socráticos a Hegel; e a moderna – de Hegel aos dias atuais. A partir dela, então, adotou-se as concepções da dialética marxista, pela qual vislumbra-se a realidade como contraditória e mutável. Esse conceito, ademais, é correlato à visão etimológica do termo, na qual a dialética significa a arte de relacionar os contraditórios.

Seguindo o referencial adotado, a análise dos dados, assim como a coleta, foi subdividida, visando facilitar a compreensão das informações obtidas nas diversas fontes. Nesse contexto, sucedeu-se a análise dos dados coletados no questionário aplicado aos ex-alunos e no aplicado aos docentes, posteriormente, ocorreu a análise dos dados coletados nas entrevistas narrativas, tanto dos ex-alunos, quanto dos ex-coordenadores.

Cabe esclarecer que o questionário aplicado aos ex-alunos objetivava a obtenção prévia de informação sobre os sujeitos, tais como: gênero, idade, ano de início e finalização do curso do Proeja e profissão atual dos informantes. Nessa perspectiva, para facilitar a análise, os dados coletados foram transformados em gráficos, o que favoreceu a interpretação dos resultados e sua articulação com o

referencial teórico. Para validação dos resultados obtidos no questionário, utilizaram-se os dados das planilhas do SISTEC/2020.

Em sequência, focou-se nos dados do questionário aplicado aos docentes, com fito a estabelecer o perfil desses sujeitos. Assim sendo, foram estabelecidos 4 (quatro) parâmetros de análise - o gênero; a idade; o tempo de atuação no programa; e o nível de formação acadêmica. Da mesma forma que alhures, os resultados foram transformados em gráficos e tabelas para facilitar a compreensão e visualização das informações coletadas.

No que concerne à análise das narrativas, tanto nas entrevistas realizadas com os ex-alunos, quanto nas feitas com os ex-coordenadores, adotamos a mesma metodologia de análise. O processo teve início logo após a realização de cada entrevista, mediante a escuta geral de toda a narração gravada – momento em que se buscou “[...] a observação de homogeneidade e exaustividade; exclusividade e adequações e pertinências às ‘categorias empíricas criadas’” (RIBEIRO, 2017, p. 18).

Em seguida, foram feitos as transcrições e os recortes das narrativas, com fito a estruturação de categorias temáticas, as quais foram definidas em concomitância com o próprio processo de análise. No universo dos ex-alunos, as categorias estabelecidas foram: 1. Sentimento do aluno ao iniciar o curso; 2. Entraves institucionais identificados; 3. Entraves pessoais vividos; 4. Percepção com relação à gestão de ensino; 5. Sentimento ao sair do curso; e 6. Impacto do Proeja percebido em sua vida. Ademais, no cosmo dos coordenadores, as categorias foram: 1. Condições estruturais; 2. Condições pedagógicas; e 3. Experiência docente.

Por fim, ocorreu a triangulação para análise das informações coletadas, segundo a concepção de Marcondes e Brisola (2013). Desenvolveu-se, a partir da técnica, um processo de comparação entre os discursos contidos nos documentos oficiais e os discursos narrados pelos participantes da pesquisa, articulando os dados coletados com os referenciais, a fim de satisfazer os objetivos formulados.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.3.1 A experiência do Proeja no Ifac campus Rio Branco

A Educação de Jovens e Adultos, no Acre, tem uma correlação com os movimentos sociais que insurgiram com a finalidade de reivindicar melhores

condições de vida para a população, bem como lutar pela preservação do meio ambiente e da cultura local (SOUZA, 2011). A exemplo, destaca-se o projeto seringueiro elaborado em 1981, o qual objetivava fortalecer as cooperações entre os trabalhadores e promover o acesso ao conhecimento, através da alfabetização.

De acordo com Allegretti (2002), durante o primeiro e segundo ciclo da borracha amazônica, o analfabetismo foi o principal meio de dominação dos seringueiros pelos seringalistas (detentores da força econômica e política da época). Fato que impulsionou os movimentos sociais a promoverem, na floresta, uma escolarização para os jovens e adultos, destinada à luta política, de maneira totalmente desvinculada da educação formal ofertada nas instituições de ensino dos polos urbanos.

Todavia, enquanto os povos da floresta tentavam se escolarizar numa perspectiva de luta pela ruptura da opressão estabelecida desde a ocupação do território acreano, nas cidades, a educação destinada aos jovens e adultos se consolidava correlacionada com a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. É válido ressaltar que, até meados do século XX, os governos locais estavam submersos a uma política de solidificação estrutural e embelezamento da capital do Estado, razão pela qual foram feitos grandes investimentos públicos em obras públicas, como o Palácio Rio Branco, o Mercado Velho, o Quartel de Polícia, além das duas pontes que ligam o primeiro ao segundo distrito, chamado por Morais (2000) de binário de tráfego sudeste-noroeste (MORAIS, 2000).

Uma vez alcançados esses objetivos, os novos líderes do executivo deslocaram seus esforços a outras políticas, destacando-se, para nós, o movimento em busca de investimentos na escolarização básica e na formação profissional de jovens e adultos acreanos. As primeiras ofertas ocorreram através do Primário Dinâmico, curso com duração de um ano, equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental (ACRE, 2008).

Posteriormente, entre o final da década de 60 e o final da década de 90, foram implantados diversos programas destinados à escolarização de adultos no Acre, via de regra idealizados pelo governo federal ou pela Fundação Roberto Marinho². Dentre os quais, citamos: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo o objetivo oficial era erradicar o analfabetismo; o Programa de Educação Integrada (PEI),

² A Fundação Roberto Marinho é uma casa de parcerias com instituições públicas e privadas, com quem forma uma rede de cooperação em prol da educação (BRASIL, 2021).

destinado à continuidade dos estudos até a quarta série; o Programa Minerva, com finalidade de possibilitar o acesso dos alunos concludentes do PEI aos últimos anos do Ensino Fundamental; e o Projeto João da Silva, destinado a promover o ensino das quatro primeiras séries do ensino fundamental (ACRE, 2008).

A partir dos dados apresentados, percebe-se que até o início do século XXI, o Estado do Acre não tinha uma política governamental própria dedicado ao atendimento educacional dos jovens e adultos, realidade que viria a ser modificada somente em 2003, com a institucionalização da gerência da EJA pela Secretaria Estadual de Educação. Cabe ressaltar que paralelo ao que ocorria em nível local, também em nível nacional se instituíram políticas públicas de valorização da EJA, entre as quais salienta-se a integração dela com a Educação Profissional, ofertada na Rede Federal, mediante o programa Proeja.

Nesse contexto, contemporaneamente, entrou em debate, ancorado na política de expansão da Rede Federal, um plano para criação de uma Escola Técnica Federal no Estado, o qual se consolidou, oficialmente, em 2006, por meio de um projeto de lei de autoria do Executivo Federal. Após intensa disputa política, em 29 de dezembro de 2008, a Escola Técnica, que ainda estava nas linhas dos projetos legislativos, foi efetivamente instaurada.

Implanta-se, então, em substituição ao plano original e com objetivo de corroborar para o estabelecimento de uma nova institucionalidade nacional, o Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre (Ifac), através da política do governo federal de expansão e melhoria da Educação Profissional. Salientamos, ademais, que quando o Ifac foi criado, já estava estabelecida a obrigatoriedade da oferta do Proeja nos Institutos Federais, restando à instituição apenas o dever de cumprir o disposto em lei.

No que se refere à instalação do Instituto na cidade de Rio Branco, os dados levantados indicam que teve início em 2009, num anexo da biblioteca da Universidade Federal do Acre e em salas cedidas pelo Instituto Dom Moacyr³. No entanto, as atividades práticas só iniciaram no ano de 2010, por um grupo de servidores remanejados de vários Estados do país, que promoveram os primeiros processos

³ O Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr é a antiga Gerência de Educação Profissional – GEPRO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, que foi elevada à categoria de Autarquia Estadual através da Lei n.º 1.695, de dezembro de 2005, aprovada pela Assembleia Legislativa, a partir de uma proposta do poder Executivo (EDUCAEDU, 2021).

seletivos para alunos, bem como concursos para contratação dos primeiros servidores propriamente da Instituição, empossados no dia 21 de junho de 2010, no Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, Acre. Essa é, simbolicamente, a data do aniversário do Ifac (ACRE, 2014).

No segundo semestre de 2010, foram iniciadas as aulas para as primeiras turmas, no campus Rio Branco, dentre as quais destaca-se a do curso Técnico de Suporte e Manutenção de Informática do Proeja, isto é, já nas ofertas iniciais o ensino técnico destinado a jovens e adultos (Proeja) se fazia presente (ACRE, 2014). De acordo com as narrativas dos sujeitos investigados, as aulas inicialmente foram executadas de modo precarizado, em um prédio improvisado, localizado na Avenida Antônio da Rocha Viana, no qual as instalações eram totalmente inapropriadas para o funcionamento de uma instituição de ensino.

Figura 1 – Vista da entrada do prédio provisório do campus Rio Branco



Fonte: Google Maps (2012)

Observa-se na imagem acima que o prédio supracitado não apresentava condições físicas adequadas para o atendimento dos 400 alunos matriculados na instituição à época. Apesar desse fato, assim se expressa A8, aluna concludente da turma de 2010, do Curso Técnico de Nível Médio de Manutenção e Suporte em Informática.

Quando a gente foi pra sala de aula era um campus ali na Antônio da Rocha Viana. Nossa! A estrutura era péssima. A gente ficava sem banheiro, porque não tinha água. Tinha problemas de energia [...] Questão de alimentação, a gente tinha dificuldade, porque não tinha cantina [...] Além das dificuldades estruturais, a gente começou a ter problemas também com laboratórios, porque só tinha um laboratório no campus antigo. A gente fazia o curso de informática, mas não tinha acesso à sala. Porque tinha outras turmas e os professores marcavam, agendavam, tinha que agendar o uso do laboratório e geralmente, a gente ficava de fora. Eu acho que no primeiro semestre a

gente deve ter usado umas duas ou três vezes o laboratório (entrevista realizada em 01 de março de 2021, em Rio Branco, Acre).

Nesse mesmo sentido, corrobora uma das coordenadoras do programa Proeja à época, nomeada como C1. Para além dos problemas estruturais, ressalta a falta de materiais didáticos, veja-se:

Foi uma situação bem inusitada para os primeiros servidores a entrar no Ifac, porque estava começando, né? Não tinha nada [...] no primeiro dia de trabalho, nem lugar para sentar tínhamos.

[...]

Os alunos faziam suporte e manutenção de informática, mas eles não tinham material didático para experimentarem, na prática, como isso iria funcionar. E isso atrapalhou muito a formação deles (entrevista realizada em 29 de março de 2021, em Rio Branco, Acre).

As condições narradas acima permaneceram por aproximadamente dois anos, com pouca ou nenhuma alteração das problemáticas enfrentadas pelos discentes e docentes. A realidade foi modificada somente com a mudança de prédios, ocorrida no início de 2012. O prédio para o qual migraram é onde hoje se localiza a sede do campus aqui descrito, a qual fora planejada para sanar as necessidades estruturais do público.

Portanto, percebe-se que o problema estrutural foi atenuado, haja vista que a nova sede contava (e continua contando) com amplas salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, refeitório, estacionamento, ginásio poliesportivo e espaço para atendimento e empreendimento solidário em todas as microrregiões acreanas. Contudo, essa disponibilidade de recursos não foi suficiente para solucionar completamente a carência estrutural, pois sobreveio a ausência de políticas voltadas à distribuição igualitária das ferramentas entre os alunos, ficando os do Proeja em caráter subsidiário, reféns das sobras de horários de uso dos demais cursos.

Sobre esse cenário, descreve A8:

Quando mudamos para o campus Rio Branco, a gente chegou lá com as mesmas dificuldades, a gente só tinha espaço, tinha as salas de aulas. Mas as mesmas dificuldades. Não tinha laboratório disponível pra gente. [...] Ferramentas!? A gente não tinha ferramentas, pra gente fazer aulas de redes ou então de cabeamento. O professor que dava aula da disciplina levava material de casa [...] E, era um alicate de crimpar, um alicate de cortar fio e um equipamento pra gente testar se o cabo tinha prestado ou não. Pra turma! [risos]. E a gente via que outras turmas estavam sendo beneficiadas e a gente não (entrevista realizada em 01 de março de 2021, em Rio Branco, Acre).

E complementa A9, outra concludente da turma de 2010:

Quando nós fomos para o campus Rio Branco, nós achávamos que a nossa vida estaria de boa, a gente estaria no nosso campus, a gente teria vários laboratórios. Mas não foi assim, né? A gente enfrentou novamente, no terceiro ano do curso, problemas de usar alguns laboratórios [...] Tinha muito conflito dos outros cursos, que queriam usar e diziam assim: “Ah! é o pessoal do Proeja! Ah! Eles não precisam do laboratório”. [...] A gente já tinha aquele estereótipo, né? “o pessoal do Proeja”. (Entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2021, em Rio Branco, Acre).

Das falas transcritas, depreende-se que esses discentes se sentiam desvalorizados e numa posição de subsidiariedade, do mesmo modo que acreditavam que essa realidade perpassava o âmbito institucional, posto que havia se tornado um discurso entre os próprios discentes. Isso porque, na visão deles, a sua figura estudantil se tornou estigmatizada, reduzida a um estereótipo descrito como “o pessoal do Proeja”.

Conhecida a estrutura do campus objeto de estudo, bem como as dificuldades a ele atreladas, passamos à próxima subseção. Nela, apresentar-se-ão as vozes do Proeja (discentes e docentes), vozes essas que vivenciaram o processo de implantação e execução do programa no Ifac campus Rio Branco, entre os anos de 2010 a 2016.

4.3.2 Perfil dos interlocutores do Proeja/Ifac campus Rio Branco

Ante ao teor da pesquisa, buscou-se verificar o perfil do público atendido pelo programa no campus Rio Branco, dos docentes que atuaram no programa e, conseqüentemente, dos coordenadores, haja vista que todos os coordenadores eram também docentes. Foram estabelecidos parâmetros de estudo, a partir dos quais, unidos a dados numéricos complementares, delimitamos os elementos qualitativos predominantes em cada um dos grupos examinados, além das possíveis conseqüências desses no campo da implantação do programa.

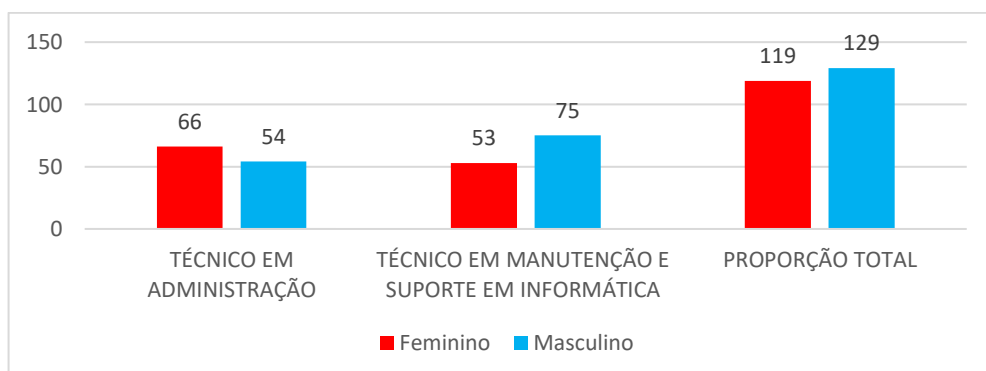
4.3.2.1 Discentes

Doravante será feita uma imersão ao âmbito dos discentes. Nessa medida, partindo dos dados reunidos nas planilhas do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e também dos obtidos nos questionários, foram encontrados espectros sobressalentes no delineamento do perfil desses sujeitos, os quais abaixo serão discutidos.

O primeiro desses foi a distribuição de gênero dos alunos. Foi constatado, com base na interpretação das planilhas supracitadas, que no universo dos cursos oferecidos no campus ora estudado, quais sejam o Técnico em Administração e o Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, há uma diferenciação no que tange à preponderância de um gênero e de outro.

No curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática o número de matrículas feitas por homens foi maior do que o número das feitas por mulheres; ao passo que no do curso Técnico em Administração a situação se inverte, mostrando-se uma turma constituída em sua maioria por mulheres. Ao analisar o número de matriculados sem distinção de cursos, nota-se que o número geral de homens matriculados é maior do que o número de mulheres. Veja-se o figura 2, elucidativo da situação aqui descrita.

Figura 2 – Distribuição dos alunos por gênero entre os cursos ofertados no Proeja

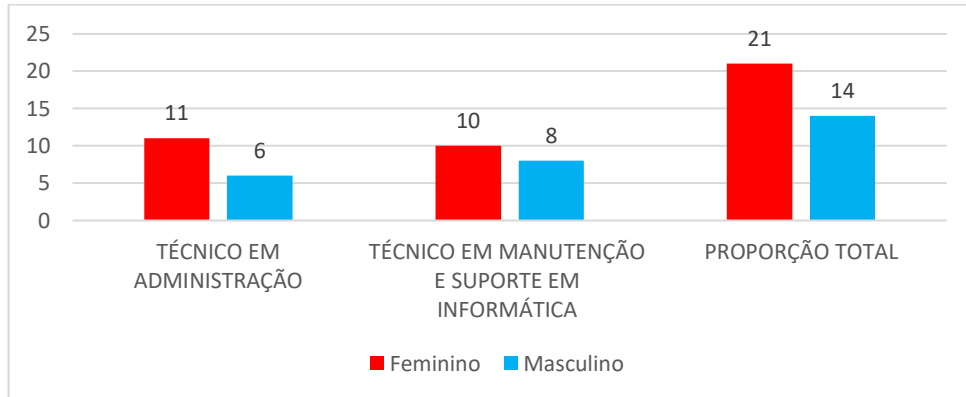


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da planilha do SISTEC/2020

Todavia, analisando o microcosmo dos alunos concludentes, isto é, aqueles que obtiveram a certificação dos cursos no qual se inscreveram, percebeu-se uma curiosa inversão nos quantitativos de mulheres e de homens. Em todos os grupos analisados, seja no curso Técnico em Administração ou no Técnico em Manutenção

e Suporte em Informática, o número de alunas concluintes é superior ao de alunos, o que, conseqüentemente, implica no mesmo resultado quando investigada a união de ambos.

Figura 3 – Distribuição dos alunos concludentes por gênero entre os cursos ofertados no Proeja



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da planilha do SISTEC

Os números expostos nos gráficos acima, compilados com o número de evadidos do Proeja disponível na planilha do Sistec/2020 e desconsiderando a divisão em cursos, levaram-nos, tendo como parâmetro o gênero, à distribuição percentual em três grupos gerais: 1. Matriculados; 2. Concludentes; e 3. Evadidos, conforme o exposta no quadro a seguir:

Quadro 1 - Percentual de matriculados, concludentes e evadidos do Proeja/lfac, de 2010 a 2020

Gênero	Percentual de matriculados	Percentual de concludente	Percentual de evadidos
Masculino	52%	40%	54%
Feminino	48%	60%	46%

Elaborada pelos autores a partir das planilhas do SISTEC/2020

Os resultados apresentados indicam que o percentual de mulheres concluintes é superior ao percentual de homens em ambos os cursos, esse fato pode ter relação com os objetivos das mulheres no retorno à escola. De acordo com Cittadin e Badalotti (2015), as mulheres têm objetivos distintos dos homens quando voltam à rotina escolar, pois historicamente foram marginalizadas socialmente, com a supressão dos seus direitos e, na atualidade, ainda lutam para quebrar paradigmas e garantir sua participação na sociedade.

Por isso, quando retornam a uma instituição de ensino, carregam consigo a perspectiva de melhores condições de vida, a vontade de adquirir novos conhecimentos, de conhecer pessoas e também de garantir sua empregabilidade – que é sinônimo de independência. “Nesta mesma linha de raciocínio, especificamente as mulheres quando voltam a estudar ou ingressam pela primeira vez, propiciam a si a chance da libertação de identidade, expressão, sentimento de sujeito ativo e emancipador” (CITTADIN, BADALOTTI, 2015, p. 7).

A despeito disso, emerge-se as narrativas de três alunas do Proeja/Ifac. A primeira, aqui identificada como A3, destaca que “[...] estava vivenciando uma **nova etapa**, começando a escrever uma **nova história**” (entrevista realizada em 24/02/2021 em Rio Branco, Acre, grifo nosso). A segunda, identificada como A10, assim se expressa “[...] Eu não vou ficar só aqui, não vou só terminar meu ensino médio, **eu quero crescer, quero mais [...]**” (entrevista realizada em 02 de março de 2021 em Rio Branco, Acre). A terceira entrevistada, identificada como A2, demonstra claramente sua empolgação ao narrar o seguinte “[...] Me sentia uma caloura, já me via **lá na frente [...]**” (entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2021 em Rio Branco, Acre, grifo nosso).

Outro ponto de confirmação dos fatos narrados pode ser percebido nas respostas obtidas no questionário, quando os indagamos sobre as suas expectativas e sentimentos quando entraram no curso do Proeja. Reunimos as palavras mais mencionadas nos instrumentos de coleta e estruturamos no organograma abaixo, com o auxílio da plataforma online *mentimeter*, sendo o tamanho de cada palavra proporcional à frequência de citação.

Figura 4 – Sentimentos envolvidos ao iniciar o curso no Proeja



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Conclui-se, a partir dos dados coletados, que o público do Proeja, ofertado no Ifac, campus Rio Branco, predominantemente feminino, nutria expectativas e sentimentos acerca do retorno à escola que ultrapassavam os limites da simples aquisição do certificado de conclusão da Educação Básica. Nesse contexto, os aspectos supramencionados, apontam para a relevância de uma proposta educacional para jovens e adultos que exceda as arestas do ensino exclusivo das disciplinas e que considere as especificidades de um público heterogêneo, marcado por inúmeras configurações de exclusão social (ARROYO, 2018).

Outra descoberta relevante desse estudo ocorreu quando os entrevistados foram indagados sobre a profissão que exerciam. Nesse momento, relataram, além do ofício atual, se detinham nível superior ou não. Verificou-se, que dos 15 (quinze) entrevistados, 8 (oito) possuíam nível superior completo ou em conclusão – importante salientar que todos desse grupo haviam concluído o curso no Proeja. Isto é, quase 60% (sessenta por cento) desses sujeitos buscaram ampliar a sua formação acadêmica, através de níveis mais elevados de ensino.

Esses dados contrapõem o paradigma enraizado ao longo dos tempos, de que os jovens e adultos na sua totalidade buscam uma formação aligeirada, fato que subsidiou políticas públicas para o público focalizadas apenas no processo de alfabetização, desvinculado de ações de incentivo à verticalização do ensino. Pelo respondido, pode-se compreender que para esse grupo a educação se configura, por certo, no que preconiza Freire (1987) – autonomia, liberdade e esperança de um mundo melhor.

Insta esclarecer que os alunos que não concluíram os cursos também demonstraram em suas narrativas que o programa possibilitou algum impacto na sua vida, seja profissional ou acadêmica. Isso pode ser evidenciado nas falas de três ex-alunas, não concludentes, do curso Técnico em Administração. A primeira, identificada como A2, aponta a contribuição do programa na sua vida acadêmica. Veja-se:

[...] Eu hoje pratico o que eu aprendi no Proeja. Posso não ter o diploma, o certificado, mas o conhecimento que eu adquiri e a vontade que foi crescendo dentro de mim, pra aprender cada vez mais eu agradeço a cada professor do Proeja (Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2021 em Rio Branco, Acre).

A segunda, denominada como A5, pontua que o programa corroborou para uma promoção de cargo na empresa que trabalhava o que possibilitou um aumento salarial.

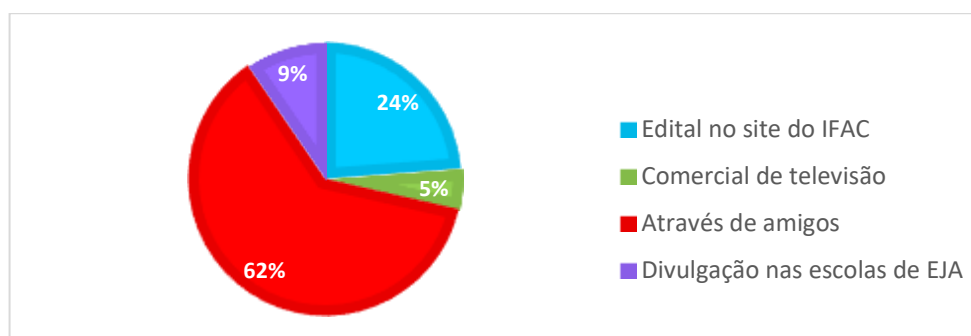
[...] Quando eu comecei a estudar no Ifac (Proeja) fui conhecendo mais coisas da administração e cheguei a ser a administradora do escritório (foi promovida) [...] Eu ganhava dois mil, quando entrei lá (se referindo ao Ifac) e depois que eu aprendi mais coisa da área da administração, que eu assumi a administração do escritório, meu salário subiu para seis mil (Entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2021 em Rio Branco, Acre).

A terceira entrevistada, nomeada como A12, destaca que o conhecimento adquirido através do programa foi fundamental para se tornar uma empreendedora, dona do seu próprio negócio.

[...] Eu hoje administro meu próprio negócio, eu era funcionária antes e hoje eu sou proprietária da minha própria lanchonete. Então para mim mudou muita coisa, porque eu não sabia administrar e hoje eu sei, graças ao Proeja que me ensinou tudo isso, entendeu? (Entrevista realizada em 05 de março de 2021 em Rio Branco, Acre).

No perfil desses alunos, apurou-se, complementarmente, os meios pelos quais esses personagens tomaram conhecimento do Proeja. Isso porque uma vez identificado onde está o público alvo potencial, facilita-se a delimitação de possíveis políticas de divulgação advindas de uma eventual retomada do programa. Para isso, foram estabelecidas três hipóteses, que acreditou-se ser as preponderantes – edital no site do Ifac; comercial de televisão; e através de amigos – e foi deixado aberta a possibilidade de fornecerem respostas diversas por meio do recurso “outros”. O compilado dessas informações possibilitou a produção do gráfico a seguir.

Figura 5 – Meios pelos quais os alunos tomaram conhecimento do Proeja



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do questionário de pesquisa

Nessa medida, é notório que a maioria desses teve conhecimento do Proeja através de amigos. Isso indica que houve carência na divulgação do programa por parte da Instituição, pois o público alvo não foi diretamente atingido pelas estratégias estabelecidas. Dessa maneira, numa eventual retomada, para além do replanejamento execucional, é preciso desenvolver técnicas mais efetivas de difusão dos editais de seleção e dos benefícios da proposta pedagógica.

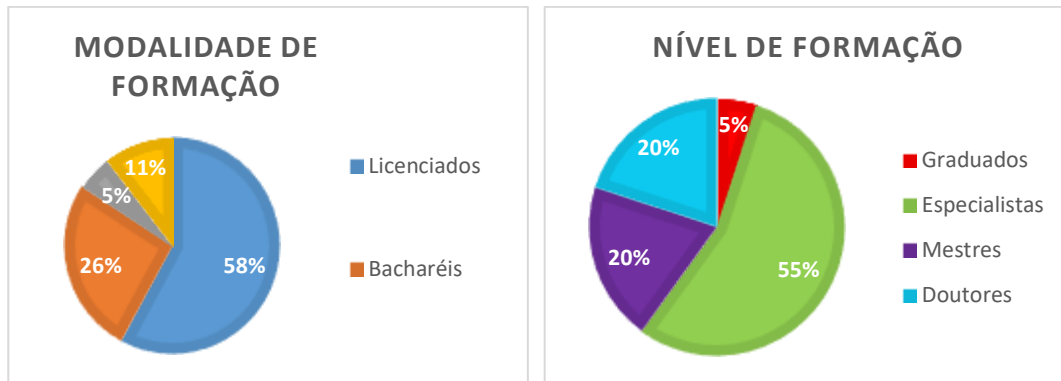
4.3.2.2 *Docentes*

O espectro de estudo dos docentes foi delineado a partir dos dados obtidos com o questionário de pesquisa, o qual foi respondido por 20 (vinte) dos atuantes no Proeja. Nesse cenário, analisaremos, *a priori*, o parâmetro gênero. Destaca-se que dos 20 (vinte) respondentes, 11 (onze) declaram-se homens, ao passo que 9 (nove) se declaram mulheres, o que perfaz, respectivamente, percentuais de 55% (cinquenta e cinco por cento) e de 45% (quarenta e cinco por cento).

Sobre o parâmetro idade, não foi estabelecido intervalos no questionário, objetivando saber a idade exata desses sujeitos. Foram apuradas todas as idades, de modo que a mínima é 31 (trinta e um) anos e a máxima 54 (cinquenta e quatro) anos. Foi possível dividir as idades em três grupos: entre 30 e 39; entre 40 e 48; e acima de 50.

Nesse sentido, identificou-se que a maior parte dos docentes tem, atualmente, entre 40 e 43 anos. Isso significa dizer que, à época de execução das turmas de Proeja aqui analisadas (2010-2016), detinham, em maioria, idades entre 29 e 37 anos, com relação ao ano de início; e idades entre 35 e 43 anos, com relação ao ano final.

Também foi delineado o parâmetro formação, com fito a visualizar quantos deles eram licenciados, isto é, habilitados para a docência; bem como qual nível de formação possuíam enquanto lecionavam. Quanto ao primeiro objetivo, constatamos que pouco mais da metade eram licenciados; sendo os demais bacharéis ou tecnólogos. Além disso, verificamos que a grande maioria possuía especialização, sendo apenas um somente graduado. Havia, ainda, 4 (quatro) mestres e 4 (quatro) doutores, conforme exposto nos gráficos abaixo:

Figuras 6 e 7 – Modalidade de graduação/nível de formação dos docentes

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do questionário de pesquisa

Percebeu-se, complementarmente, que todos os bacharéis e tecnólogos detinham especialização, haja vista a necessidade de complementação pedagógica para a prática letiva. Ademais, como se depreende do gráfico, 40% (quarenta por cento) dos professores tinham formação a nível de mestrado ou doutorado.

Durante a prossecução das narrativas dos ex-alunos, era recorrente o destaque quanto à formação e à capacitação dos professores. Entre os diversos elogios, exaltaram com bastante veemência a contribuição dos docentes na aquisição de novos conhecimentos e no desenvolvimento de algumas habilidades.

Esse é o caso de A8, aluna do primeiro curso de Manutenção e suporte de informática, quando narra o seguinte: “[...] o curso no Ifac foi a minha base para eu fazer meu ensino superior, realizar meu sonho de estudar na UFAC [...]” (entrevista realizada em 01 de março de 2021). Nessa mesma perspectiva, expressa-se A9 outra aluna do referido curso: “O Proeja me trouxe a UFAC [...] Ele me deu suporte lá nas disciplinas que eu passei [...] Hoje eu tenho essa visão muito humana da educação, graças a tudo que eu vivi no Ifac” (entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2021).

Complementar à formação, analisou-se o parâmetro experiência com o ensino de jovens e adultos em momento anterior à atuação no Proeja. Observou-se que quase metade, (45%) dos docentes, nunca haviam trabalhado com o público. Essa ausência de contato, implicou na necessidade de formação específica destinada à preparação dos profissionais para a prática, dadas as especificidades do público, suas trajetórias, conhecimentos anteriores e carências didático-pedagógicas. É nesse sentido o apontado por Arroyo (2006, p. 24), quando esclarece que “O público da EJA são jovens e adultos com uma história, com uma trajetória social, racial, territorial que

tem que ser conhecida, para acertar com projetos que deem conta de sua realidade e de sua condição”.

Conscientes da supra importância, enquanto último parâmetro, foi analisada a participação dos docentes na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) ofertados no Proeja. Os resultados demonstram um distanciamento entre os elaboradores e os executores dos PPCs dos cursos do Proeja, ofertados no Instituto Federal do Acre, dado que a grande maioria – 80% (oitenta por cento) dos entrevistados não participaram do processo de criação deles.

Infere-se, ademais, que o evento pode ter relação direta com a rotatividade⁴ dos profissionais que atuaram no programa, dado que 52% (cinquenta e dois por cento) dos entrevistados lecionaram por, no máximo, dois anos no Proeja. De acordo com Fonseca (2008), essa movimentação do docente é prejudicial, vez que a formação necessita de um “exercício constante que pressupõe olhar/intervir na prática e buscar fundamentação teórica para outra vez, de forma diferenciada, olhar/intervir na prática” (*Ibid.*, p. 90).

Portanto, no geral, o corpo docente do Proeja estava preparado academicamente, mas era carente de aprofundamento no âmbito do ensino de jovens e adultos. Esse fato corroborava para que, diante das dificuldades e das limitações da execução de uma proposta tão complexa, os docentes desistissem de trabalhar com o programa, uma vez que quase metade nunca havia tido contato com o público, além de não terem, em grande maioria, participado da elaboração dos PPCs.

4.3.3 Condições de implantação do Proeja no Ifac, campus Rio Branco

Inicialmente, memora-se que a implantação do Proeja se entrelaça com a história da fundação do Instituto Federal no Acre, isso porque os cursos do programa estão entre os primeiros que foram ofertados pelo Ifac, nos campus Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. Contudo, nos últimos anos, o Proeja tem perdido espaço, deixando inclusive de ser ofertado, sem expectativa de retorno no campus Rio Branco.

Outrossim, como não há muitos registros escritos acerca do enredo de implementação, optou-se por coletar informações diretamente com os agentes que

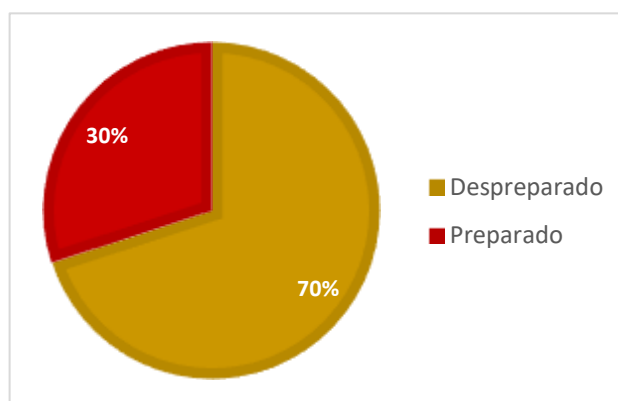
⁴ Define-se rotatividade de professores, como fluxo de entrada e saída dos docentes conforme seus interesses pessoais ou do sistema (FONSECA, 2007).

participaram desse processo. Analisando os dados obtidos, concluiu-se que o Proeja foi implantado de forma improvisada, sem as mínimas condições de funcionamento. A afirmativa ancora-se nas narrativas dos discentes e dos coordenadores do programa, além de ser complementada com as respostas do questionário aplicado aos docentes que atuaram no Proeja.

Em síntese, os docentes enfatizam que a implantação do Proeja foi confusa e conturbada. Primeiramente, em razão da falta de conhecimento especializado na modalidade e da experiência dos profissionais envolvidos – conforme aponta-se na subseção anterior, quase metade nunca havia trabalhado com o público. Segundamente, em virtude do distanciamento entre os alunos do programa e a instituição, originado na inexistência de uma política institucional que visasse acolher o público jovem e adulto no Instituto Federal.

Nesse tópico do questionário de perguntas, os docentes além de responderem se consideravam que o campus estava (ou não) preparado para ofertar o programa, também deveriam justificar sua resposta. Nesse ínterim, trazemos o gráfico a seguir, ilustrativo da percepção dos professores acerca do primeiro questionamento.

Figura 8 – Opinião dos docentes sobre a preparação do campus Rio Branco para ofertar o Proeja



Fonte: elaborado pelos autores, a partir das respostas do questionário de pesquisa.

Assim, na supra proporção, posicionaram-se os participantes, acreditando, em maioria, que o Ifac não está preparado para voltar a ofertar o curso do Proeja. Quando indagados das razões que os levaram à conclusão, apontaram alguns problemas atuais que obstarão o pretendido, dentre os quais destacamos a falta de: metodologia diferenciada para trabalhar com o público do programa; experiência de grande parte do corpo docentes; capacitação para os professores; conhecimento da

proposta do programa; políticas e diretrizes para a elaboração dos currículos, escolhas dos cursos e ministração das aulas; infraestrutura adequada; estudo de caso voltado para a real necessidade da implantação; e de uma sede adequada, com laboratórios equipados para o desenvolvimento de atividades.

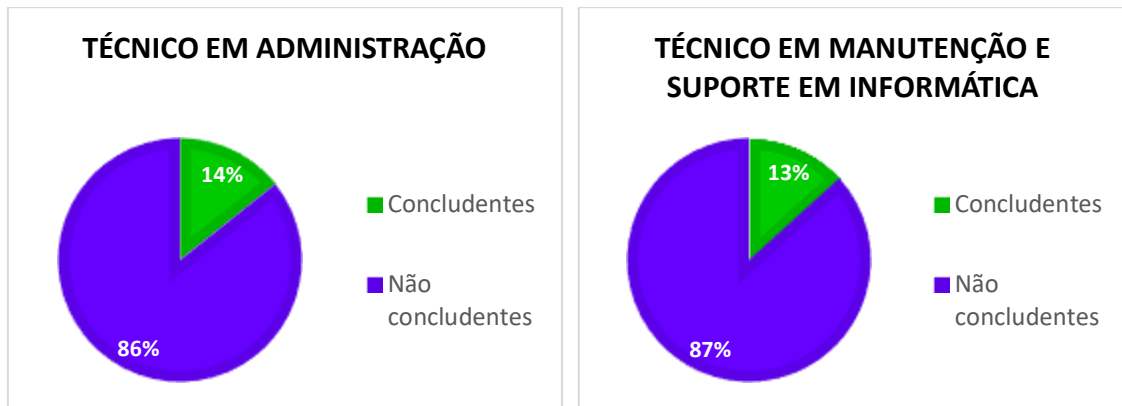
Entretanto, paralelamente à linha majoritária, observou-se a subsistência de professores que continuam atribuindo aos alunos a causa central da descontinuidade do programa, enfatizando os índices de evasão e a falta de adesão do público alvo. Esses posicionamentos, no cenário hodierno, fazem-nos recordar a luta de Paulo Freire para desconstruir o enraizado paradigma que sufocava as relações de opressão presentes nas sociedades capitalistas periféricas, no qual a causa da pobreza e da marginalização da classe trabalhadora era conferida ao analfabetismo.

Nessa medida, Freire (1987) defende o literal oposto do paradigma social, ergue que a pobreza, a marginalização e a subtração de direitos eram causadoras do analfabetismo e não suas causas, na medida em que o combate dessas mazelas pode reduzir, conseqüentemente, o índice de analfabetos. À vista disso, uma vez adeptos à ótica freiriana, advoga-se aqui que não se deve atribuir a descontinuidade aos alunos. É necessário, em contrapartida, identificar os motivos que levaram à inassiduidade desses sujeitos, além dos motivos da falta de procura por um curso que oferecia escolarização e formação profissional num Estado com índices consideráveis de pessoas com baixo nível de ensino e de qualificação para o mercado de trabalho.

Ante a conjuntura, foram analisados os índices do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Manutenção e Suporte de Informática, primeiro curso do Proeja a ser ofertado no campus Rio Branco em 2010. O mesmo era oferecido no turno da manhã, tinha carga horária total de 2600h e era vinculado ao Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação (ACRE, 2014). Em seguida, analisou-se o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração, o qual fora implantado em 2012, ligado ao Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, com carga horária de 2420h (ACRE, 2014).

No exame dos dados levantados, verificou-se que em ambos os cursos, percentualmente, o número de alunos formados, na somatória de todos os anos de ofertas, foi quase o mesmo, como pode ser visualizado nos gráficos demonstrativos do índice de conclusão de cada um desses dois cursos.

Figuras 9 e 10 - Percentual de concludentes do curso “Técnico em Administração”/Percentual de concludentes do curso “Técnico em Manutenção e Suporte de Informática”



Fonte: Elaborados pelos autores a partir dos dados da planilha do SISTEC (2020)

A diferença de concludentes de um curso para o outro é de apenas um ponto percentual, sendo que cada grupo apontou um motivo predominante para o alto quantitativo de evadidos. Os alunos que estudavam durante o dia apontaram como a principal causa da evasão, o fato de que o horário do curso conflitava com o seu horário de trabalho. Enquanto que os alunos da noite destacaram como principal entrave o horário de saída do curso, haja vista que a aula terminava entre 22h30min e 22h45min, horário que destoava do ônibus – meio de locomoção da grande maioria dos estudantes. A respeito disso, assim se expressa a ex-aluna do curso Técnico em Administração, identificada como A12.

A gente saia do Ifac quinze para as onze, a gente tinha que sair derrubando uns aos outros, porque ou pegava o ônibus ou pegava o ônibus, entendeu? Era o último ônibus da linha. E nenhum professor, nenhum coordenador tinha consciência que a gente morava pegando dois ônibus pra chegar em casa, o horário era esse e pronto! Nós não éramos problema de ninguém. Então isso frustrava muito a gente. Quando dava dez horas a gente já não estudava mais, já ficava preocupado se ia pegar o ônibus ou não. Era uma tortura. [...] Então, isso aí, eu acho no meu ponto de vista, faltava a direção ver com outros olhos. Faltava uma vistoria melhor (Entrevista realizada em 05 de março de 2021 em Rio Branco, Acre).

Complementar à fala anterior, tem-se a narrativa de A11, um jovem de 30 anos, ex-aluno do curso Técnico em Administração. “Eu chegava em casa meia noite e meia. Minha família me apelidou até de madrugada” (entrevista realizada em 04 de março de 2021 em Rio Branco, Acre). Os dois alunos desistiram do curso, ele para cuidar dos filhos durante à noite e ela em virtude do falecimento do seu genitor. Ambos afirmaram que, embora tenham desistido por razões familiares, a questão do horário influenciou indiretamente.

Nas entrevistas com os ex-coordenadores do Proeja, a problemática narrada anteriormente é questionada e assim se posiciona uma das ex-coordenadoras, aqui identifica por D1: “Não houve discussão prévia, já estava tudo estabelecido” (Entrevista realizada em 29 de março de 2021 em Rio Branco, Acre). Na sua fala a entrevistada se refere ao fato de não ter sido possível considerar as reivindicações dos alunos, em virtude de toda a organização do Proeja ter ocorrido antes mesmo da contratação dos servidores.

A informante ainda destaca que a escolha dos cursos se deu de forma impositiva, sem discussão com a comunidade acadêmica do campus, dado que os cursos foram criados antes da posse dos servidores da instituição. Outrossim, na acepção de validação da narrativa, buscamos as informações nos dados documentais, os quais não apresentam indicativos concretos de que a escolha tenha considerado os arranjos produtivos locais, tampouco a demanda do público alvo.

Por conseguinte, é correta a conclusão de que não houve um planejamento prévio para a implantação do programa na instituição, haja vista as falhas estruturais, organizacionais e executivas identificadas. Além de todo o exposto que corrobora para a tese, colocamos, em última análise, o discutido pela ex-coordenadora, chamada aqui de C1, quando elucida que os alunos foram selecionados antes mesmo de se compor o quadro de servidores: “A gente se deparou também com uma situação, de que nós tínhamos alunos selecionados e nem tínhamos servidores” (entrevista realizada em 29 de março de 2021 em Rio Branco, Acre).

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, portanto, que a implantação do Proeja no Ifac, campus Rio Branco, deu-se de maneira desorganizada e carente de planejamento. Esse fato é percebido em diversos momentos desta pesquisa, veja-se a problemática estrutural, a falta de experiência dos docentes, a inexistência de formação prévia de professores, a inverossimilhança das ações institucionais e o consequente índice altíssimo de evasão.

Essa desorganização, ademais, é fruto do próprio processo de implementação do programa. Isso porque havia um instrumento legal – o decreto nº 5.840/2006 – a ser seguido, no qual era estipulado impositivamente a oferta do Proeja, sem

discriminar de que forma deveria ocorrer ou considerar as especificidades regionais, dado que, enquanto alguns IFs detinham anos de funcionamento, o do Acre estava sendo fundado. Nessa medida, tampouco se priorizou as diretrizes estabelecidas no projeto do programa, que previam uma inclusão socioeducacional, mediante a formação integral dos sujeitos.

O produto desse cenário foi a suspensão da oferta do Proeja poucos anos após a sua implementação. Essa descontinuidade foi atribuída tacitamente ao alto índice de evasão e à diminuição anual da demanda, os quais foram analisados de maneira descontextualizada, ignorando as causas dos referidos problemas, dada a omissão na oitiva dos sujeitos envolvidos.

Dessa maneira, este estudo se mostra extremamente relevante, vez que reaviva as vozes que deveriam ter sido ouvidas à época de execução, bem como as define, traçando um perfil do público alvo e dos profissionais que atuaram diretamente na implantação do programa. Além disso, numa perspectiva de eventual retomada, poderá ser utilizado enquanto subsídio para a definição das políticas e ações a serem adotadas para a não reincidência nas problemáticas aqui identificadas.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Instituto Federal do Acre (Ifac). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018**. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/lai/documentos/PDI20142018.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Política e organização da Educação de Jovens e Adultos no Acre**. Rio Branco, Acre, 2008.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 826 p. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/tesesdissertacoes/construcao-social-de-politicas-ambientais-chico-mendes-e-o-movimento-dos> Acesso em: 09 jun. 2021
- ARROYO, Miguel. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria; GOMES, Nilma (orgs.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 19-53.
- ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: Autêntica Editora, p. 17-32. Disponível em:

http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf
Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Fundação Roberto Marinho. **A Fundação**. 2021. Disponível em: <https://frm.org.br/sem-categoria/a-fundacao/> Acesso em: 09 jun. 2021.

BOTTOMORO, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acesso em: 18 de fev. 2020.

CITTADIN, Diego; BADALOTTI, Greisse Moser. **EJA e Mulheres: Os Motivos e Objetivos do Retorno das Mulheres à Escola na EJA Unidade de Urussanga-SC**, 2015. Disponível em: encurtador.com.br/bilo6 Acesso em: 30 maio 2021.

COSTA, Marco Antonio; COSTA, Maria de Fátima. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 4. ed, Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

EDUCAEDU. **IDM - Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr**. Disponível em: <https://www.educaedu-brasil.com/centros/instituto-de-desenvolvimento-da-educacao-profissional-dom-moacyr-uni3585> Acesso em: 09 jun. 2021.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FONSECA, Laura Souza. EJA:lutas e conquistas! – A luta continua: formação de professores em EJA. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 2, p. 1-161. Disponível em: http://www.drb-m.org/av1/20EJA_lutas_e_conquistas.pdf Acesso em: 02 jun.2021.

GOOGLE, INC. **Google Maps**. Captura da imagem em 2012. Disponível em: encurtador.com.br/afOX6 Acesso em: 30 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama da cidade de Rio Branco**, [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama> Acesso em: 27 jan. 2021.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin; Gaskell, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, SP, v. 20, n. 35, jul. 2014. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em: 10 maio de 2021.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2014.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-AC, uma cidade de fronteira**: O processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78996>. Acesso em: 01 abr. 2021.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira *et. al.* O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. **III Congresso Nacional de Educação**, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/bjDV9 Acesso em: 20 maio de 2021.

RIBEIRO, Josina Maria. **Agentes de combate às endemias no Acre**: das histórias de vida à formação profissional. 2017. 348 p. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/gFPV7 Acesso em: 12 nov. 2019.

SOUZA, José. **Entre lutas, porongas e letras a escola vai ao seringal (re)colocações do projeto seringueiro (Xapuri/Acre – 1981 / 1990)**. Universidade federal de Minas Gerais (UFMG) faculdade de educação (FAE) programa de pós-graduação em educação: conhecimento e inclusão social, Belo Horizonte/MG, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-8M7MST> Acesso em: 07 nov. 2020.

WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 131-143, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7444>. Acesso em: 22 set. 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com esta pesquisa analisar o processo de implantação do Proeja no Ifac campus Rio Branco, identificando possíveis entraves para a consolidação do programa na Rede Federal. Para o alcance desse objetivo, foram desenvolvidos e submetidos a periódicos três artigos científicos, sendo cada um deles um capítulo desta dissertação.

Todos os artigos contêm estrutura própria, que em regra é composta por resumo, abstract, introdução, metodologia, referencial teórico, resultados, considerações finais (ou conclusão) e referências. Além disso, a depender do periódico para o qual foi submetido, são adotadas algumas especificidades, que em nada obstam a consecução do objetivo pretendido.

Concluiu-se, por meio do primeiro artigo, que o Proeja, sendo uma reunião da EJA com a EPT foi percebido intimamente ligado à marginalização que é, e continua sendo atrelada à EJA. A realidade teórica exposta no primeiro artigo é corroborada com o contexto factual trazido no terceiro artigo, no qual, através das falas dos discentes do programa é possível perceber que a concepção pejorativa da EJA estava enraizada tanto entre os demais discentes de outras modalidades de ensino, quanto à nível institucional.

Percebeu-se também que o Proeja foi implementado no Ifac, campus Rio Branco sem o devido planejamento. Isso porque a Instituição buscava, aparentemente, tão somente cumprir as exigências impostas legalmente de oferta de 10% (dez por cento) de suas vagas dedicadas ao Proeja. Os dados sugerem que não foi feita uma pesquisa prévia de mercado para aferir as necessidades do município em mão-de-obra profissional. Não foram estudadas as demandas dos alunos. Os professores foram para sala de aula sem a devida preparação e, em regra, sem experiência com o público jovem e adulto.

O terceiro artigo sugere que as problemáticas decorrentes da carência de planejamento implicaram em entraves na sua execução. A principal consequência da problemática percebida foi o elevado número de alunos evadidos e, por conseguinte, o baixo número de concludentes. Os entrevistados apontaram algumas causas para tanto, as centrais são: a questão do horário, da falta de estímulo e da necessidade de trabalhar.

Essa reunião de informações, indicou que, ainda que ao Proeja tenha sido pensado como uma política destinada ao oferecimento de ensino integral ao público jovem e adulto, não foi legislado, planejado, implementado tampouco executado de modo a possibilitar sua continuidade. A comprovação desta inferência é feita no Artigo II, quando são expostas as contradições circundantes ao programa.

Quanto ao produto educacional, introdutoriamente se pensou em executar algo destinado aos professores ou gestores. Ideias como uma cartilha expositiva, um guia de implementação e um caderno com orientações foram cogitados. Contudo, com o deslinde da pesquisa, foi percebido que o produto mais assertivo para a problemática seria o que restou escolhido – o documentário.

Seria possível elaborar qualquer dos outros inicialmente intencionados, mas estes não teriam o impacto pretendido com esta dissertação – mostrar a importância do Proeja para o ensino de jovens e adultos, através das falas dos interlocutores do programa. O documentário possibilitou um reavivamento das memórias dos sujeitos que vivenciaram a implantação do Proeja no campus Rio Branco de forma plena, pois a mera transcrição de trechos das falas desses sujeitos não passaria a emoção expressada pelos personagens. Era necessário que aqueles relatos fossem vistos e ouvidos.

Com olhos teóricos, pensou-se, inicialmente, que o Proeja não tinha atingido seus objetivos, visto o baixíssimo índice de concludentes. Contudo, a ideia de êxito é extremamente relativa. Os ex-alunos são uníssonos quando afirmam que o programa mudou suas vidas, que a partir dele conseguiram progredir profissional e academicamente. Portanto, ainda que os números indiquem que não, o Proeja, se feita a leitura social adequada dos eventos, mostrou-se como extremamente importante para a formação dos trabalhadores no âmbito da Rede Federal.

Ademais, a conclusão é palpável também em números. Foi identificado que dentre os alunos concludentes do Proeja, cerca de 60% (sessenta por cento) concluiu ou está cursando nível superior. Alunos que antes não se viam retornando às salas de aula, agora buscam pela melhoria de vida por meio da verticalização do ensino.

Desse modo, julga-se que esta pesquisa de mestrado não somente cumpriu seu objetivo geral e específicos delineados, mas também se mostrou como pertinente social e academicamente. Por fim, acredita-se que deve ser cogitada e estudada a possibilidade de retorno da oferta do Proeja no Instituto Federal do Acre (Ifac), campus

Rio Branco. Esta temática, outrossim, emerge-se como possível proposta de continuidade desta pesquisa.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA OS QUESTIONÁRIOS

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na modalidade EJA (PROEJA). Para responder às perguntas é importante que você leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) abaixo e, caso esteja de acordo, prosseguiremos com a entrevista.

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: desafios, possibilidades e vivências no instituto federal do Acre, campus Rio Branco”. Meu nome é Irismar Severino da Silva Fernandes, sou aluna do Mestrado PROFEPT/IFAC, Campus Rio Branco, turma 2019. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Da mesma forma, você, participante, pode revogar o consentimento em qualquer fase desta pesquisa, sem penalização e sem prejuízo. Caso aceite participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora, por meio do e-mail irismarfernades32@gmail.com ou sob forma de ligação telefônica, através do número (68) 9 8425-5372.

O principal objetivo deste trabalho é: Analisar o processo de implantação do Proeja no Ifac campus Rio Branco, identificando possíveis entraves para a consolidação do programa na Rede Federal”. Sua participação na pesquisa consiste em responder este questionário que abrange perguntas abertas e fechadas, relacionadas a informações pessoais e profissionais.

Ao assinar este documento, você está disposto(a) a responder este questionário. Ainda compreende que só fará parte da pesquisa se você desejar. O estudo será suspenso ou encerrado em caso de impossibilidade dos pesquisadores, por motivos graves, como doença, e/ou no caso da escola, se assim o desejarem.

A sua participação NÃO envolverá qualquer gasto, pois os pesquisadores providenciarão todos os materiais necessários, e, portanto, não haverá ressarcimento de despesas. Está garantida a indenização em casos de eventuais danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo e assinale a caixa de marcação correspondente. Caso necessite da versão impressa do TCLE, favor entrar em contato com a pesquisadora através dos contatos acima apresentados.

Após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acima e, caso esteja de acordo com o que foi apresentado, marque a opção abaixo:

() Li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa “Desafios e possibilidades na oferta do PROEJA: orientações para gestão do programa no IFAC campus Rio Branco”.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA AS ENTREVISTAS

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na modalidade EJA (PROEJA). Para responder às perguntas é importante que você leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) abaixo e, caso esteja de acordo, prosseguiremos com a entrevista.

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: desafios, possibilidades e vivências no instituto federal do Acre, campus Rio Branco”. Meu nome é Irismar Severino da Silva Fernandes, sou aluna do Mestrado PROFEPT/IFAC, Campus Rio Branco, turma 2019. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Da mesma forma, você, participante, pode revogar o consentimento em qualquer fase desta pesquisa, sem penalização e sem prejuízo. Caso aceite participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora, por meio do e-mail irismarfernades32@gmail.com ou sob forma de ligação telefônica, através do número (68) 9 8425-5372.

O principal objetivo deste trabalho é: Analisar o processo de implantação do Proeja no Ifac campus Rio Branco, identificando possíveis entraves para a consolidação do programa na Rede Federal”. Sua participação será por meio de uma entrevista narrativa, que realizar-se-á individualmente, de forma presencial.

Ao assinar este documento, você está disposto(a) a participar desta entrevista. Ainda compreende que só fará parte da pesquisa se você desejar. O estudo será suspenso ou encerrado em caso de impossibilidade dos pesquisadores, por motivos graves, como doença, e/ou no caso da escola, se assim o desejarem.

A sua participação NÃO envolverá qualquer gasto, pois os pesquisadores providenciarão todos os materiais necessários, e, portanto, não haverá ressarcimento de despesas. Está garantida a indenização em casos de eventuais danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo e assinale a caixa de marcação correspondente. Caso necessite da versão impressa do TCLE, favor entrar em contato com a pesquisadora através dos contatos acima apresentados.

Após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acima e, caso esteja de acordo com o que foi apresentado, marque a opção abaixo:

() Li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa “Desafios e possibilidades na oferta do PROEJA: orientações para gestão do programa no IFAC campus Rio Branco”.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS PRELIMINARES COM OS DOCENTES

Prezados,

O presente questionário tem como objetivo levantar algumas informações para a Pesquisa da mestrandia Irismar Severino da Silva Fernandes, aluna do programa de mestrado profissional PROFEPT do Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre – IFAC. Os dados serão coletados de forma anônima, isto é, não é necessária a sua identificação. Dessa forma, pedimos que fiquem completamente à vontade para responder as perguntas abaixo descritas de acordo com a realidade do que foi vivenciado.

Dados de identificação:

1. Sexo:

Masculino Feminino prefiro não dizer

3. Idade: _____

4. Formação _____

5. Nível de escolaridade na época que atuou no PROEJA

Somente Graduação Especialização Mestrado Doutorado

6. Se não licenciado, tem alguma complementação pedagógica? Qual?

7. Em quantos e quais cursos vinculados ao PROEJA já lecionou?

8. Em quais anos atuou como docente do programa?

9. Você já tinha trabalhado com Educação de Jovens e adultos antes da sua atuação no PROEJA?

Sim Não

10. Você participou de alguma formação para atuar no PROEJA?

Sim Não

11. Você tem conhecimento de como se deu a implantação do PROEJA no IFAC campus Rio Branco?

Sim Não

12. Havia uma metodologia definida para trabalhar com o público do PROEJA?

Sim Não

13. Você tem conhecimento como se deu a escolha dos cursos ofertados pelo PROEJA na instituição:

Sim Não

14. Você participou da elaboração dos PPCs dos cursos do PROEJA?

Sim Não

15. Se sim, como foi sua participação?

16. Você acredita que o IFAC campus Rio Branco estava preparada para a implantação do PROEJA?

Sim Não

17. Em caso negativo relate os motivos: _____

18. Qual sua avaliação sobre o funcionamento dos cursos no âmbito do PROEJA no IFAC durante o tempo que foi ofertado?

Excelente iniciativa Boa iniciativa Iniciativa ruim

19. Justifique a alternativa escolhida

20. O que acredita ser essencial para que o programa alcance os seus objetivos?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS COM EX-ALUNOS

Prezados,

O presente questionário tem como objetivo levantar algumas informações para a Pesquisa da mestranda Irismar Severino da Silva Fernandes, aluna do programa de mestrado profissional PROFEPT do Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre – IFAC. Os dados serão coletados de forma anônima, isto é, não é necessária a sua identificação. Dessa forma, pedimos que fiquem completamente à vontade para responder as perguntas abaixo descritas de acordo com a realidade do que foi vivenciado.

1. Qual sua idade atual?

- Entre 18 e 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 30 e 50 anos
- Acima de 50 anos

2. Qual o seu sexo?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

3. Qual seu estado civil?

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- Viúvo (a)

4. Qual sua profissão?

5. Em qual ano você iniciou o curso no PROEJA no IFAC campus Rio Branco?

6. Como você ficou sabendo que o IFAC estava ofertando cursos do programa PROEJA?

- Edital no site do IFAC
- Comercial de televisão
- Através de amigos
- Outro. Qual? _____

7. Você concluiu o curso?

Sim Não

8. Se sim, em qual ano concluiu?

9. Se não, quais as razões que impediram você de concluir?

10. Por que você escolheu o PROEJA para concluir a educação Básica? Quais eram as suas expectativas?

11. Suas expectativas em relação ao programa foram atendidas?

Sim

Não

12. Qual foi a principal dificuldade que você enfrentou quando estudou no PROEJA?

13. Em que aspecto você acredita que o programa precisa melhorar?

14. Se você obteve certificação do ensino médio pelo PROEJA, responda:

Você atua profissionalmente na área que se formou? _____

Fale um pouco sobre sua inserção no mercado de trabalho.

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA COM OS DISCENTES

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: _____ Idade: _____ Gênero: _____ Profissão _____

Pergunta inicial:

Conte-me um pouco de sua trajetória no Instituto Federal do Acre no curso do programa Proeja.

Possibilidade de Perguntas indutoras:

- Conte-me um pouco sobre o seu primeiro dia de aula no proeja.
- Pode lembrar como era o ambiente da sala de aula.
- Como foi sua adaptação no Ifac.
- Fale-me um pouco sobre a escolha do curso.
- Fale-me um pouco sobre a política de integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos.
- Qual a contribuição dessa política para a inclusão socioeducacional de jovens e adultos.
- Quais as maiores dificuldades dos discentes, do ponto de vista do aprendizado dos conteúdos.
- Fale-me um pouco sobre o processo de ingresso no Proeja/Ifac
- Quais os principais entraves para a permanência dos jovens e adultos nos cursos do Proeja/Ifac.

PERGUNTA DE RETOMADA

Poderia me falar um pouco da sua vida após a conclusão do programa?

Possibilidades de perguntas indutoras:

- Você deu continuidade aos estudos?
- Sua formação no curso técnico do Proeja contribuiu para mudanças socioeconômicas, como aumento de renda familiar.
- Você seguiu carreira na área que obteve certificação pelo Proeja?
- Considerando a possibilidade de retorno da oferta do PROEJA no IFAC campus Rio Branco, você poderia descrever ações que necessitam ser implantadas visando sua melhoria?

APÊNDICE F – TÓPICO-GUIA DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS COM OS DOCENTES/COORDENADORES

EIXO I: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: _____ Idade: _____ Gênero: _____

EIXO II: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Pergunta inicial:

- Você poderia descrever como foi trabalhar no programa PROEJA no Campus Rio Branco?

3. Possibilidade de Perguntas indutoras:

- Poderia falar um pouco mais sobre as suas dificuldades?
- Poderia falar sobre as formações ofertadas aos docentes?
- Poderia explicar como ocorreu a elaboração dos PPCs?
- Poderia falar um pouco sobre a metodologia adotada para o trabalho com o PROEJA?

EIXO III: IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO IFAC CAMPUS RIO BRANCO

1. Pergunta inicial

- Poderia relatar o que você sabe acerca do processo de implementação do PROEJA no IFAC Campus Rio Branco?

2. Possibilidade de Perguntas indutoras:

- Poderia falar um pouco mais sobre as dificuldades desse processo?
- Poderia falar um pouco sobre a escolha dos docentes para atuarem no programa?

EIXO IV: ACESSO E PERMANÊNCIA DOS DISCENTES

1. Pergunta inicial

- De acordo com as suas observações e com as justificativas dos alunos, poderia relatar os fatores que ocasionaram o alto índice de evasão no PROEJA?

2. Possibilidade de Perguntas indutoras:

- Poderia falar um pouco sobre como ocorreu o acolhimento dos alunos pela instituição?
- Poderia falar um pouco mais da sua relação com os alunos?
- Poderia falar sobre o envolvimento dos alunos nas atividades escolares?

EIXO V: Pergunta de retomada

Considerando a possibilidade de retorno da oferta do PROEJA no IFAC campus Rio Branco, você poderia descrever ações que necessitam ser implantadas visando sua melhoria?

APÊNDICE G – TÓPICOS INDUTORES DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS DOS ALUNOS PARA O DOCUMENTÁRIO

- 1- Fale-me da importância de voltar a estudar depois de adulto.
- 2- Fale-me quais os motivos o levaram a interromper os estudos.
- 3- Fale-me sobre o impacto do proeja na sua vida acadêmica e profissional.
- 4- Fale-me um pouco sobre os entraves que você enfrentou no contexto pessoal e institucional para concluir o curso.
- 5- Na sua visão, de quais melhorias o programa necessita para ser ofertado novamente.
- 6- Mande uma mensagem para as pessoas que estão pensando em voltar a estudar, fale um pouco da sua experiência para elas.

APÊNDICE H – TÓPICOS INDUTORES DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES PARA O DOCUMENTÁRIO

1- Fale-me sobre a importância da implementação do Proeja para o público jovem e adulto com percurso formativo interrompido.

2- Fale um pouco sobre o processo de implantação do programa no Ifac campus Rio Branco.

3- Fale-me sobre os entraves que enfrentaram para atuarem nas turmas do Proeja.

4- Quais eram as dificuldades dos alunos?

APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM EM PESQUISA CIENTÍFICA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, na cidade de _____, **AUTORIZO** o uso de minha imagem em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada no documentário intitulado As vozes do Proeja, de autoria da mestranda Irismar Severino da Silva Fernandes.

Insta salientar que este documentário foi desenvolvido sem fins lucrativos, sendo tão somente o produto educacional da dissertação “**Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos: desafios, possibilidades e vivências no instituto federal do Acre, campus Rio Branco**”, realizado com fim a obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (Ifac).

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e eventualmente no exterior, bem como no meio digital. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Declarante

Rio Branco, Acre. 29 junho de 2021.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

IRISMAR SEVERINO DA SILVA FERNANDES
RENATA GOMES DE ABREU FREITAS
MARIO SÉRGIO PREDROZA LOBÃO

DOCUMENTÁRIO: AS VOZES DO PROEJA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F363v Fernandes, Irismar Severino da Silva Fernandes
As vozes do proeja [Recurso eletrônico] / Irismar Severino da Silva Fernandes. – Rio Branco, 2021.

Produto educacional apresentado ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, *Campus* Rio Branco, 2021

Modo de acesso:

www.youtube.com/playlistlist=PLvMAPeL7_9l2qSqjLTTzuU0O9PJDixiU0

Orientadora: Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas

Coorientador: Dr. Mário Sérgio Pedroza Lobão

ISBN: 978-65-00-38815-2

1.Educação profissional. 2. Proeja. 3. Produto educacional. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre II. Título

CDD: 374

FICHA TÉCNICA

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

- Título: As vozes do Proeja
- Autora: Irismar Severino da Silva Fernandes
- Formato do material: Documentário
- Tempo de duração: 28 minutos
- Classificação do formato do documento na área de ensino da CAPES: Mídia Educacional
- Lócus de produção do produto e sua localidade: Instituto Federal do Acre - IFAC - campus Rio Branco
- Linha de pesquisa: Organização e Memórias de espaços pedagógicos na educação profissional e tecnológica- EPT
- Orientadora: Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
- Coorientador: Dr. Mario Sérgio Pedroza Lobão
- Produção audiovisual: Ivan Portela
- Designer Gráfico: Catrine Fernandes
- Interpretes: Denise Pontes; Silvia dos Santos

FICHA TÉCNICA



APRESENTAÇÃO

O produto final de uma pesquisa científica, deve promover a reflexão, estimulando a construção de um novo conhecimento que possibilite mudança, seja no campo conceitual ou no campo atitudinal (KAPLÚN, 2003). Contudo o que o pesquisador precisa considerar no momento da concepção do produto é sua relevância social e acadêmica. Além disso, durante a idealização do produto o pesquisador precisa descobrir as reais necessidades do seu público alvo, para que seu trabalho as contemple.

Outrossim, a pesquisa de mestrado intitulada “Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos: desafios, possibilidades e vivências no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco” traz informações acerca do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que necessitam ser exportadas para a sociedade de forma abrangente e com uma linguagem acessível. Nessa medida, pensou-se em um produto que pudesse expressar de forma clara os anseios, os desafios e as conquistas dos estudantes do Proeja, no Ifac, campus Rio Branco.

Partindo desse princípio, foi idealizado um produto do tipo documentário, intitulado “As vozes do Proeja”, o qual está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como local da investigação o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre – Ifac.

Quanto à tipologia do produto, adotar-se-á como referencial Melo (2002). Por esse referencial, um documentário pode ser caracterizado como um gênero audiovisual com abrangência de circulação em diversas mídias. Tal definição tem relação direta com o significado atribuído a palavra no dicionário Michaelis (2015), o qual define um documentário como um filme de caráter informativo ou didático dedicado a assuntos diversos. Considerando os dois referenciais, pode-se dizer que o produto desta pesquisa é um filme informativo, com abrangência de circulação em diversas mídias.

Destaca-se que com o advento da democratização das mídias digitais, os gêneros audiovisuais estão se popularizando, com isso o documentário tem se expandido para além das produções cinematográficas, fato que tem impulsionado seu uso para registrar acontecimentos reais e históricos (GOSCIOLA; BARACHATI; MOLINA, 2019).





Nessa perspectiva, o produto desta pesquisa tem a finalidade de dar voz aos personagens que vivenciaram o processo de implantação e execução do Proeja no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco, mostrando os principais entraves para sua consolidação na Instituição, bem como os possíveis impactos na vida educacional e profissional dos estudantes do programa.

A relevância desta produção reside, primeiramente, no fato de que se trata de um veículo propagador dos conhecimentos, que expande as informações para diversos segmentos, incluindo os pesquisadores das diversas áreas, os gestores das instituições ofertantes do programa e também o público potencial da educação de jovens e adultos. E, segundo, por ser um elemento proporcionador do diálogo entre os saberes, haja vista que alcança a comunidade de modo geral, por ter uma linguagem acessível.

Acredita-se, ademais, que o documentário dará visibilidade à luta de um público vulnerável, que vivenciaram – e continuam vivenciando – anos de um estereótipo pejorativo que segrega e exclui as pessoas que por diversos motivos não concluíram seus estudos na faixa etária entendida como regular e que retornaram a uma instituição de ensino, enfrentando diversos entraves, tanto pessoal como também institucional.



CONSTRUÇÃO DO PRODUTO

A produção de um de documentário é um processo longo que necessita de várias etapas até sua conclusão. Boas imagens não aparecem do nada, é preciso muito planejamento. Além disso, o documentarista precisa apresentá-las agregadas a um bom argumento visual, para atrair a atenção do espectador (HAMPE, 1997). Ademais, é necessário cumprir quatro etapas para a produção de um documentário.

..... Etapa I- Pesquisa

É a fase inicial do trabalho, momento que o documentarista precisa buscar na literatura subsídio para a sua produção.

Canais de pesquisa utilizados:

- Periódicos Capes - <https://www.periodicos.capes.gov.br>
- Google Acadêmico- <https://scholar.google.com.br>
- Plataforma sucupira - <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

Inspiração

- Documentário “Meninas da TI”, apresentado ao ProfEPT como produto final da dissertação de autoria de Souza (2019).
- Documentário “Narrativas dos sujeitos do Proeja do curso secretariado do IFSUL Câmpus Venâncio Aires”, apresentado ao ProfEPT como produto final da dissertação produzida por Oliveira (2020).

..... Etapa II- Elaboração do roteiro

O roteiro “[...] é escrito em cenas que descrevem todas as ações e falas que devem ocorrer em determinados locais e em determinados momentos. Começa-se uma nova cena toda vez que se muda o tempo ou o espaço da ação” (HAMPE, 1997, p. 6).

Modelo de roteiro adotado

DOCUMENTÁRIO – AS VOZES DO PROEJA

Autora: Irismar Fernandes

FALAS/TRILHAS

Cena de abertura com trilha sonora

Autora faz apresentação do documentário:

Esta produção busca memorar o processo de implantação do programa Proeja no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco a partir da visão dos ex-alunos do programa. Os personagens desse enredo irão contar suas histórias sobre o retorno aos bancos escolares por meio do Proeja, os desafios que enfrentaram durante o percurso e as conquistas que alcançaram após a conclusão da educação básica. Esse reavivamento das memórias dos atores é uma forma de demonstrar como o empoderamento e o fortalecimento das classes populares pode se dá através da educação.

Ex-alunos do Proeja falam sobre a importância de voltar a estudar.

Trilha sonora

Os ex-alunos narram os motivos da interrupção dos estudos na idade regular.

Autora aponta estatísticas sobre o número de pessoas com baixa escolaridade no Estado do Acre:

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE, 2016), cerca de 47,8% da população acreana, apta ao mercado de trabalho, possui no máximo 7 anos de estudos.

O Proeja é um programa originário do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005. Foi chamado inicialmente de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, mas após a revogação do decreto de criação e promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, passou a ser chamado de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

DESCRITIVO DE CENAS/IMAGENS

Câmera focada na imagem de um projetor aparece nome do documentário e o nome da autora e dos orientadores

Apresentadora em cena falando olhando para a câmera

Imagem com fundo preto com logos em alternância

Salas de aula, instituição, local onde foi aplicado Proeja

Personagens ex-alunos em cena falando olhando para a câmera.

Cartela animada apresentando números e gráficos(dados)

Apresentadora em cena falando olhando para a câmera: faz breve explanação acerca do Proeja destacando sua importância para o público jovem e adulto.

E as mudanças legislativas não se limitaram ao nome do programa, ocorreu também a inclusão do ensino fundamental; e a admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e das entidades privadas como possíveis instituições ofertantes do programa. É importante dizer que o Proeja tornou clara a decisão governamental de atender à demanda dos jovens e adultos, pois oferta educação profissional técnica de nível médio e fundamental, com uma matriz curricular que unifica trabalho, ciências, cultura e tecnologia, mas seu objetivo central é a promoção de uma sociedade mais igualitária, com formação integral do cidadão e inclusão social. (BRASIL,2007).

Coordenador/Professor Complementa a fala sobre a importância da implementação do Proeja
Trilha sonora

Os ex-alunos falam do impacto do Proeja na sua vida acadêmica e profissional

Autora apresenta o percentual de ex-alunos do Proeja no Ifac campus Rio Branco, com formação em nível superior

60% (sessenta por cento) dos entrevistados que terminaram o curso do Proeja, atualmente, possuem nível superior completo ou estão concluindo

Ex-alunos falam sobre os entraves que enfrentaram no contexto pessoal e institucional para concluir o curso ou que os levaram a desistir do programa

Coordenadores/professores narram os entraves que enfrentaram para atuarem nas turmas do Proeja

Trilha sonora

Nessa cena os entrevistados destacam alguns pontos de melhorias que favorece o desenvolvimento do programa.

Ex-alunos mandam uma mensagem, falando da sua experiência no programa

Coordenador/Professor em cena falando olhando para a câmera
Imagens do ex-alunos escrevendo, sorrindo, lendo um livro

Personagens ex-alunos em cena falando olhando para a câmera

Apresentação de um gráfico ilustrativo com os dados.

Personagens ex-alunos em cena falando olhando para a câmera

Personagens ex-coordenadores e professores do Proeja em cena falando olhando para a câmera
Texto escrito com os principais entres descoberto durante a pesquisa para a consolidação do programa no Instituto Federal

Personagens ex-alunos em cena falando olhando para a câmera

Personagens ex-alunos em cena.

Fonte: Elaborado pelos autores

Etapa III- Captação de imagens e a gravação das entrevistas narrativas

Cenário - local onde ocorrerá as gravações

O cenário escolhido foi prédio do campus Rio Branco, no qual captou-se imagens de algumas de suas dependências, tais como: auditório; laboratório de informática; sala de aula; biblioteca e facha do prédio.

Figura 1 – Imagens das gravações



Fonte: Portela (2021)

Os personagens

Elegeu-se como personagens principais quatro ex-alunas do programa, sendo três concludentes do curso técnico em manutenção e suporte de informática e uma não concludente do curso técnico em administração. As quais serão apresentadas no quadro abaixo, identificadas pela letra P seguida do número correspondente a ordem de entrevista – P1, P2, P3 e P4:

Quadro 2 – Conhecendo os personagens

IDENT.	CURSO	PROFISSÃO ATUAL	NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATUAL
P1	Técnico em administração	Microempreendedora	Ensino médio incompleto
P2	Técnico em manutenção e suporte de informática	Tecnóloga em tecnologia da informação	Superior
P3	Técnico em manutenção e suporte de informática	Professora	Superior
P4	Técnico em manutenção e suporte de informática	Fisioterapeuta	Superior

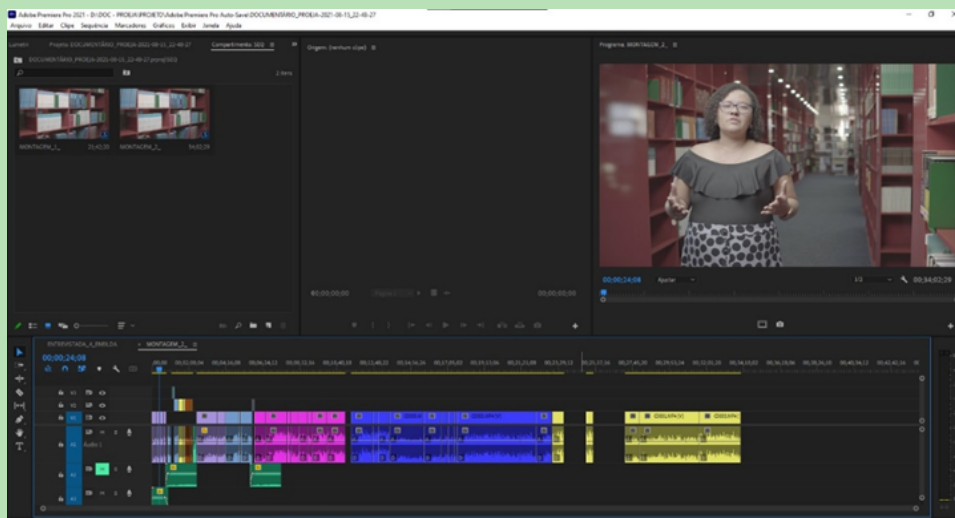
Fonte: elaborado pelos autores

Além das quatro alunas, também foi escolhida uma professora, que foi também coordenadora do programa. A escolha se deu por três razões: ela foi docente do curso de administração, atuou na organização do Projeto Pedagógico dos cursos do Proeja à época da implantação do programa e também foi identificada como a docente que mais tempo assumiu a função de coordenadora do Proeja no campus Rio Branco.

Etapa IV - Edição de imagens e falas

A edição foi realizada com apoio do Adobe Premiere PRO, um programa de edição de conteúdo áudio visual, em modelagem bidimensional (2D) e renderização com modelagem tridimensional (3D). A figura abaixo apresente uma parte da edição do documentário.

Figura 2 – Edição de imagens



Fonte: Portela (2021)





Essa etapa por ser a mais complexa do trabalho aconteceu em três momentos. Primeiramente o produtor de áudio e visual fez uma versão bruta do documentário. Nesse momento o que importava era a organização do enredo, era preciso avaliar se havia sincronia entre as narrações. Com a primeira versão pronta, partiu-se para o recorte das falas, nesse momento ocorreu as marcações de tempo – era preciso marcar o tempo inicial (TI) e o tempo final (TF) de cada narração. Após as marcações do tempo de todos os personagens, foi realizada a última etapa da edição, que consistia na aplicação dos seguintes recursos: aplicação de trilha sonora; projeção de imagens de apoio (gráficos e fotos); e o emprego da janela com interprete de libras. Ao final da edição, o vídeo ficou com 28 minutos de duração, o que exigiu sua divisão em duas partes, que foram agrupadas formando uma playlist, pois a plataforma escolhida (youtube) para publicação, só comporta vídeos com no máximo 15 minutos.

MEIOS DE ACESSO AO PRODUTO

https://www.youtube.com/playlistlist=PLvMAPeL7_9l2qSqjLTTzuU0O9PJDixiU0



Fonte: <https://br.qr-code-generator.com/>



POR QUE UM DOCUMENTÁRIO?

A escolha do produto se baseia no entendimento que o audiovisual é a forma de expressão predominante na atualidade e que esse tipo de recurso possui métodos, técnicas e linguagens que mobiliza o público de modo geral (ANTONIUTTI; FONTOURA; ALVES, 2008). Outrossim, nesse tipo de produção o autor tem possibilidade de mostrar sua versão dos fatos, haja vista o caráter autoral que precisa evidenciado no produto.

De acordo com Bevilaqua e Leal (2012), os recursos linguísticos utilizados corroboram para a originalidade autoral da produção, seja no modo de dá voz aos personagens ou na presença de paráfrase discursivas, mediante repetição ou contraposição da tese defendida pelo autor.

Portanto, o documentário “As vozes do Proeja” apresenta diversas informações sobre o programa Proeja ofertado do Ifac, campus Rio Branco, coletadas junto aos personagens que vivenciaram o processo de implantação do programa na instituição. Além disso, o produto corrobora para a potencialização de uma nova configuração da escola na memória de cada personagem e transmite uma mensagem que favorece a quebra de estigmas e estereótipos acerca do Proeja.



CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste relatório é descrever o processo de concepção e elaboração do documentário “As vozes do Proeja”- produto educacional vinculado a dissertação “Integração da Educação Profissional e Tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos: desafios, possibilidades e vivências no instituto federal do Acre, campus Rio Branco”. Visto o objetivo almejado, bem como os resultados que dele advieram, é possível concluir que este alcançou o pretendido, mostrando-se alinhado também com a linha e o referencial adotado ao longo da pesquisa.

Outrossim, é possível perceber, a partir dos feedbacks obtidos, que o produto tem uma relevância social, visto que pode corroborar para a promoção de debates acerca da oferta de Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Sobretudo no cenário atual, onde a EJA tem perdido espaço em âmbito nacional, é suma importância que a pesquisa provoque os agentes públicos para essa causa, que é a luta de milhões de pessoas pelo direito fundamental à educação.

É importante destacar que no desenvolvimento desse tipo de produto, o pesquisador enfrenta diversos obstáculos, tais como: o gerenciamento do tempo de produção; a quantidade de material para ser filtrado e organizado de modo a produzir um enredo coeso e atrativo; e a exaustiva revisão de conteúdo necessário para o resultado final.

REFERÊNCIAS

ANTONIUTTI, Claide Luciane; FONTOURA, Mara; ALVES, Marcia Nogueira. **Mídia e produção áudio visual**: uma produção. Curitiba: IBPEX, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Síntese de Indicadores 2015**. Rio de Janeiro, RJ: 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Síntese de Indicadores 2019**. Rio de Janeiro, RJ: 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 set. 2020.

BEVILAQUA, Raquel; LEAL Jacira Miolo. O documentário como ferramenta de ensino em uma turma de Proeja: comunicação e cidadania. **Travessias Interativas**, Ribeirão Preto, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 40-55, jan-jun/2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Escola%20Bom%20Jesus/Downloads/11118-Texto%20do%20artigo-31286-1-10-20190324%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Escola%20Bom%20Jesus/Downloads/11118-Texto%20do%20artigo-31286-1-10-20190324%20(1).pdf). Acesso em: 18 out. 2021.

GOSCIOLA, Vicente; BARACHATI, Gisele Maria; MOLINA, Thiago Vasquez. Reflexões sobre documentário audiovisual para o professor de português e o comunicador social: olhares sobre um mesmo gênero audiovisual. **Plures humanidades**, v. 20, n 2, 2019. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/issue/view/23>. Acesso em: 18 out. 2021.



REFERENC



JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; Gaskell, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Kaplún, G. **Material educativo**: experiência do aprendizado. São Paulo: Comunicação e educação, 2003.

Melo, Cristina Teixeira Vieira. O documentário como gênero audiovisual. **Comun. Inf.**, v. 5, n. 1/2, p.25-40, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/24168/14059>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MICHAELIS: Dicionário escolar de língua portuguesa. 4 ed. Melhoramentos, 2015.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista Escola Enfermagem**, USP 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rvCVnHXs6RSXnK7vBgDGL5t/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.



Créditos de imagens

BRAGA, João. Todo mundo virou referências? **Associação brasileira de startups**, 2018. Disponível em: <https://abstartups.com.br/todo-mundo-virou-referencia/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BOTELHO, Adriana. Considerações Finais. **Ensino Clínico de Consolidação de Competências de Enfermagem**. Disponível em: <https://portefoliodasaprendizagens.wordpress.com/consolidacoes-finais/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

COMO criar um roteiro de vídeo se baseando na Pixar? **DUMELA FILMES**, 2019. Disponível em: <https://dumela.tv/blog/como-criar-um-bom-roteiro-de-video-utilizando-o-metodo-da-pixar/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

DICAS de filmagem para ter qualidade profissional nos vídeos. **WeLancer Blog**. Disponível em: <https://blog.welancer.com/dicas-de-filmagem/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

DOCUMENTÁRIO. **Codata Governo do Estado da Paraíba**, 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-cultura/curta-em-casa/imagens/documentario.png/view>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FORMAÇÃO Livre em Roteiro. **Academia internacional de cinema**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.aicinema.com.br/curso/formacao-livre-em-roteiro/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

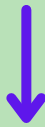
GUSSON, Adriana. Dicas para sucesso no trabalho. **Pinterest**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/adrianagusson/work/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

HOW to Write a Character Reference for Court. **SYDNEY CRIMINAL LAWYERS**, 2018. Disponível em: <https://www.sydneycriminallawyers.com.au/blog/how-to-write-a-character-reference-for-court/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

IFAC anuncia processo seletivo com mais de mil vagas em cursos técnicos. **Contilnet, Acre**, 2019. Disponível em: <https://contilnetnoticias.com.br/2019/11/ifac-anuncia-processo-seletivo-com-mais-de-mil-vagas-em-cursos-tecnicos/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

Natali_Mis/iStock. A criatividade humana e uma grande ideia. **Terra**, 2018. Disponível em: <https://www.selecoes.com.br/inspiracao/a-criatividade-humana-e-uma-grande-ideia/>. Acesso em: 19 jan. 2022.





OS 18 melhores Programas de edição de vídeo gratuitas ou pagos para iniciantes e profissionais. **XP-PEN**.2021. Disponível em: <https://www.xp-pen.pt/forum-1637.html>. Acesso em: 19 jan.2022.

PORTELA, Ivan. **Biblioteca do Ifac**, Acre,2021.

QUEDA de 4,5% na indústria de livros também reflete nas vendas. **CBN Campinas 99,1 FM**. Disponível em: <https://portalcbncampinas.com.br/2019/05/queda-de-45-na-industria-de-livros-reflete-nas-vendas/>.Acesso em: 18 jan.2022.

PRÁTICAS que vão melhorar sua edição de vídeo. **SOS tecnologia da educação**, 2019. Disponível em: <https://www.sos.com.br/noticias/tecnologia/6-praticas-que-vaio-melhorar-sua-edicao-de-video>.Acesso em: 19 jan. 2022.

PRECISO montar uma apresentação. e agora? **Black 12**. Disponível em: <https://black12.com.br/preciso-montar-uma-apresentacao-e-agora/>. Acesso em:18 jan.2022.

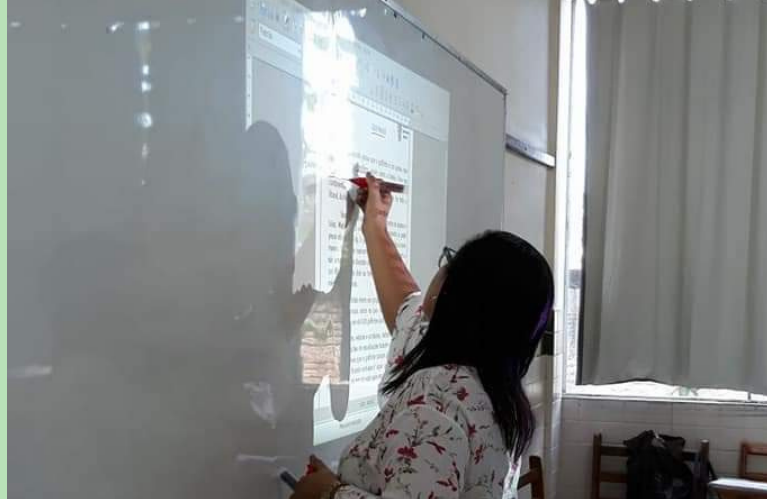
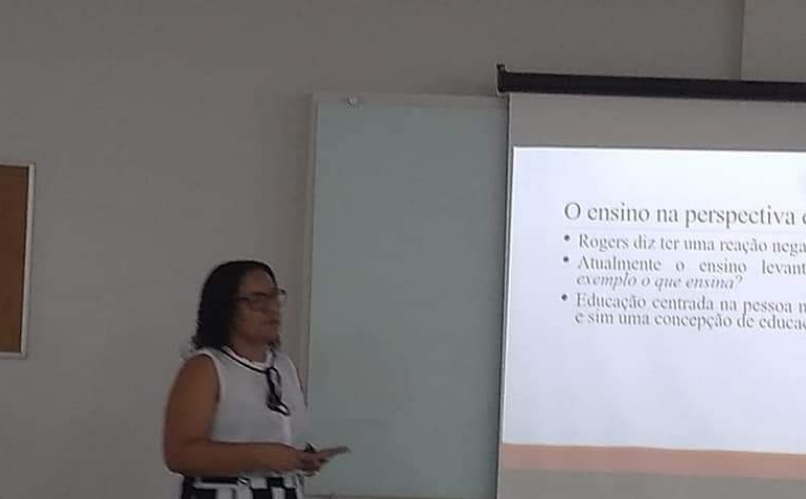
RODRIGUES, Renato. Dicas para uma boa apresentação em público. **Cursos CP**. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-treinamentoprofissional/artigos/dicas-para-uma-bo-a-presentacao-em-publico>. Acesso em: 19 jan.2022.

ROTEIRO para filmes e séries: as entrelinhas do roteiro audiovisual. **Escola Britânica de artes criativas e tecnologia**. Disponível em: <https://ebac.art.br/courses/cpd-roteiro-para-filmes-e-series/>. Acesso em: 19 jan.2022.

SHUTTERSTOCK. Como encontrar sua ideia de negócio. **Empresas e negócios**,2015. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Empreender/noticia/2015/12/como-encontrar-sua-ideia-de-negocio.html>. Acesso em: 19 jan.2022.

THEBAS. Isabella. Guia de etiqueta para Sets de Filmagem. **Instituto de Cinema**. Disponível em: <https://institutodecinema.com.br/mais/conteudo/guia-de-etiqueta-para-sets-de-filmagem>.Acesso em: 18 jan.2022.

VINICIUS, Samuel. **Conclusão. vamos prosperar**, 2017. Disponível em: <https://vamosprosperar.com/segredos-do-sucesso/conclusao-2/>. Acesso em: 19 jan.2022.



Irismar Severino da Silva Fernandes

39 anos

Possui graduação em pedagogia pela Universidade Norte do Paraná- UNOPAR

Pós graduação em Psicopedagogia pela faculdade Euclides da Cunha

Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre

Professora permanente da Secretaria de Educação do Estado do Acre

Diretora escolar da Secretaria de Educação Municipal de Rio Branco-AC

E-mail: irismarfernades32@gmail.com

